

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

FELIPE ESTEVES DUQUE

**O JUÍZO DAS NARRATIVAS:
Técnicas e estratégias utilizadas na cobertura jornalística digital da
condenação de Jair Bolsonaro**

**VOLTA REDONDA
2025**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O JUÍZO DAS NARRATIVAS:

**Técnicas e estratégias utilizadas na cobertura jornalística digital da
condenação de Jair Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Jornalismo do
UniFOA como requisito para obtenção do
título de bacharel em Jornalismo.

Aluno:
Felipe Esteves Duque

Orientador:
Prof. Eduardo Jorge Nascimento de
Oliveira

VOLTA REDONDA

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O JUÍZO DAS NARRATIVAS: Técnicas e estratégias utilizadas na cobertura jornalística digital da condenação de Jair Bolsonaro** elaborado por **Felipe Esteves Duque** apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Jornalismo.

Aprovado em 5 de 11 de 25.

Banca Avaliadora:

Eduardo N Oliveira

Professor(a) orientador(a) – Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira, Doutor (UniFOA)

Douglas Baltazar

Professor(a) avaliador(a) - Douglas Baltazar Gonçalves, Mestre (UniFOA)

Rebeca Baltazar

Professor(a) avaliador(a) - Rebeca Baltazar Chaves, Mestre (UniFOA)

Dedicatória

Aos meus pais, Márcio e Stella, que sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida. Às minhas avós, Wanda e Marly que, como verdadeiras mães, me criaram com todo amor e ternura desde pequeno. Aos meus avôs, Vicente e Antônio que, apesar de já terem partido desta vida, ainda me inspiram, com seus ensinamentos atemporais, a ser um homem melhor. Meus agradecimentos também a meu orientador e professor, Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira, pelo apoio e paciência durante todo processo de elaboração desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa as técnicas e estratégias de comunicação utilizadas na cobertura jornalística digital da condenação de Jair Bolsonaro, investigando como veículos de espectros políticos antagônicos constroem narrativas distintas sobre um mesmo fato. Parte-se do pressuposto de que a forma de apresentação da notícia atua como mediadora ideológica entre o acontecimento e o público. O estudo contempla matérias dos portais *Brasil 247* (de viés à esquerda), *Revista Oeste* (de viés à direita) e *G1* (de perfil autodeclarado imparcial), publicadas nos cinco meses que antecederam o julgamento do ex-presidente. A análise fundamenta-se em autores como Nilson Lage (2001), sobre técnica e objetividade jornalística; Ciro Marcondes Filho (2000), acerca da produção e desinformação midiática; e César Bolaño (2000; 2018), que discute a fetichização da informação e a mercantilização do conteúdo noticioso. Busca-se compreender em que medida as práticas jornalísticas digitais, condicionadas pela lógica da audiência, aproximam-se de estratégias publicitárias, afetando a função ética e mediadora do jornalismo contemporâneo.

Palavras-chave: jornalismo digital; política; imparcialidade; fetichização da informação; Jair Bolsonaro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1 – HISTÓRICO DO JORNALISMO NO BRASIL	05
1.1 – O jornalismo brasileiro nasce político	05
1.2 – A militância e o jornalismo partidário no Brasil Império	06
1.3 – As transformações na comunicação e informação no século XX	09
1.4 – O surgimento de um novo jornalismo no ambiente digital	12
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 – A ética jornalística e os limites da neutralidade na informação	14
2.2 – A economia da atenção e os efeitos da estetização da notícia	16
2.3 – Da fetichização da mercadoria à fetichização da informação	18
2.4 – O papel do framing, da narrativa e dos títulos jornalísticos	20
2.5 – As técnicas e o método de redação no jornalismo digital moderno	20
3 – ANÁLISE DA COBERTURA DO PROCESSO	23
3.1 – Proposta da análise	23
3.2 – Contexto e escolha dos veículos G1, Brasil 247 e Revista Oeste	24
A) Revista Oeste	26
B) Brasil 247	26
C) G1	27
3.3 – Metodologia	28
3.3.1 – Corpus e procedimento de coleta	28
3.3.2 – Técnica de análise	29
3.4 – Descrição dos eventos	31
3.5 – Análise da cobertura jornalística dos eventos	34
A) Revista Oeste	
B) Brasil 247	
C) G1	
4 – RESULTADOS E CONCLUSÃO	66
4.1 – Resultados da análise	66
4.2 – Reavaliação da Revista Oeste	70
4.3 – Reavaliação do Brasil 247	72
4.4 – Reavaliação do G1	73
4.5 – Considerações Finais	75

INTRODUÇÃO

O prefácio do livro *Brain, Mind and The Narrative Imagination* (2021), escrito pelo professor de neurociência da Universidade de Montana, Christopher Comer, e por Ashley Taggart, chefe do Departamento de Drama na Escola de Inglês, Drama e Cinema da University College Dublin, inicia-se com um questionamento bastante atual: “Como histórias, contadas de forma oral ou escrita, têm um impacto em nós?” (COMER; TAGGART, 2021). Segundo Edvaldo Pereira Lima, jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), em entrevista concedida ao portal digital Canto dos Livros, em 2012, a respeito da dosagem entre o drama humano e a instrução do leitor em narrativas:

Toda narrativa pública transporta implicitamente uma visão de mundo, contribuindo ou para manter o grau de consciência do leitor num nível muito baixo de entendimento da realidade, ou ajudando-o a despertar para uma visão transformadora. (LIMA, 2012)

Na contemporaneidade, o jornalismo tem se tornado cada vez mais imerso em estruturas narrativas sofisticadas e esteticamente planejadas. O limiar, antes notável, responsável por separar as esferas da publicidade e do jornalismo, mostrou-se cada vez mais impreciso, já não sendo capaz de manter esses dois universos distintos com a chegada da era digital da comunicação.

A necessidade de competir pela atenção do público em um ecossistema saturado de informações faz com que os veículos de comunicação recorram à dramatização, à serialização de fatos e à construção de personagens e antagonismos, cuja congruência com o factual não necessariamente é exata. Tal fenômeno, embora eficaz em termos de engajamento, levanta preocupações quanto à fidelidade com que a realidade é representada. A apresentação dos fatos deixa, assim, de ser apenas uma mediação objetiva dos acontecimentos e passa a refletir um posicionamento simbólico e discursivo dos meios de comunicação, muitas vezes sustentado por interesses ideológicos e comerciais.

Como destaca Monica Martinez, professora e pesquisadora na área de narrativas jornalísticas, no livro *Narrativas Jornalísticas: storytelling e tecnologias da emoção* (2015):

O jornalismo narrativo aproxima-se da literatura e do cinema não apenas no modo de contar, mas também no apelo sensorial que desperta. No entanto, esse envolvimento emocional pode ofuscar a função social do jornalismo como mediador crítico da realidade. (MONICA MARTINEZ, 2015, em seu livro *Narrativas Jornalísticas: storytelling e tecnologias da emoção*)

Em momentos de crise política, portanto, o controverso envolvimento estético com o fato jornalístico oferece riscos significativos à integridade da informação e ao papel social do jornalismo como mediador da realidade — como se pode inferir de Lage (2001). Assim, a responsabilidade clara e inerente do jornalista segundo à ética e seu dever para com a comunicação passa despercebida numa sociedade de consumo rápido de informação, onde a lógica mercadológica é priorizada à fidelidade com o factual, devido às estratégias de engajamento e cultivo de consumidores — não de um público-informado.

Considerando este cenário, a presente pesquisa parte da hipótese de que, em contextos de acirramento político, veículos jornalísticos moldam suas narrativas de modo a construir versões dramatizadas da realidade, reforçando posicionamentos ideológicos específicos. Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar como diferentes meios de comunicação representam um mesmo acontecimento político, identificando estratégias narrativas, escolhas discursivas e variações no enquadramento factual.

O estudo adota metodologia qualitativa, mediante análise comparativa de conteúdo, examinando reportagens publicadas por diferentes veículos no mesmo dia sobre o mesmo fato, observando títulos, textos e elementos imagéticos. O corpus, portanto, delimita-se às primeiras matérias publicadas sobre o evento por três portais de comunicação selecionados, permitindo verificar como cada linha editorial constrói sentido e produz efeitos simbólicos no leitor. Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender criticamente como o jornalismo, em sua dimensão narrativa, contribui para a formação da opinião pública e para a disputa de interpretações sobre a realidade.

1. HISTÓRICO DO JORNALISMO NO BRASIL

1.1 O jornalismo no Brasil nasce político

O jornalismo brasileiro nasceu intimamente ligado à política. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, foi criada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerada o primeiro jornal impresso em território nacional. Como observa Sodré (1966), tratava-se de um veículo oficial, voltado a legitimar as ações da Coroa e reforçar a autoridade monárquica, funcionando mais como instrumento de propaganda estatal do que como espaço de debate.

Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa (...) Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. Armitage situou bem o que era a *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume” (SODRÉ, 1966, p.23).

Em contraste, também em 1808 surgiu o *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa. Diferente da *Gazeta*, o periódico circulava com uma postura crítica, defendendo ideais liberais e discutindo a necessidade de reformas políticas. Hipólito da Costa, jornalista e editor do *Correio Braziliense*, destaca em suas citações na obra de Sodré (1966), que o *Correio* inaugurou o papel da imprensa como espaço de contestação, trazendo para o público letrado brasileiro a possibilidade de acompanhar debates sobre a própria formação da nação.

Entretanto, da Costa editava de Londres o veículo brasileiro por necessidade, devido à censura e os perigos que os redatores se expunham, segundo suas próprias palavras, ao terem de falar “livremente das ações dos homens poderosos”.

A questão fica mais clara quando se considera o jornal de Hipólito — do tipo doutrinário e não do tipo noticioso — como ângulo externo de ver o Brasil, perspectiva externa: todos os nossos grandes problemas foram por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que nacionais. (SODRÉ, 1966, p.24)

1.2 A militância e o jornalismo partidário no Brasil Império

Ao longo do processo de Independência, a imprensa assumiu caráter abertamente militante. Segundo Marques de Melo (2003), jornais ligados a diferentes correntes políticas — liberais, conservadores, republicanos ou monarquistas — funcionavam como verdadeiras tribunas ideológicas, sem compromisso com imparcialidade, mas engajados em disputar narrativas sobre o destino do país. Essa tradição consolidou o jornalismo como ator político ativo, marcado por forte partidarismo.

Antes do Golpe da Maioridade, como disserta Melo (2003), o jornalismo era fortemente político e militante, ligado às disputas entre liberais e conservadores durante a Regência, com jornais e tribunas de partidos servindo apenas como sustentáculos de posições políticas. Isso muda quando Dom Pedro II aos 14 anos ascende ao trono, e a pregação política foi esmorecendo, aos poucos, enquanto o Império encontrava sua estabilidade política, articulado e firme nas palavras de Sodré, na segunda metade do século XIX.

Com a consolidação do Segundo Reinado, a imprensa brasileira passou por uma fase de reorganização e amadurecimento. O clima político mais estável do governo de Dom Pedro II proporcionou um ambiente relativamente favorável à expansão da atividade jornalística, ainda que o controle estatal e as limitações impostas à liberdade de expressão permanecessem latentes. Segundo Marques de Melo (2003, p. 63), “a imprensa do Segundo Reinado assumiu dupla feição: de um lado, consolidou-se como instrumento de informação e cultura; de outro, manteve-se subordinada às forças políticas e econômicas que determinavam seus rumos”.

Durante a segunda metade do século XIX, o jornalismo brasileiro começou a se diversificar. Além dos periódicos estritamente políticos, surgiram publicações voltadas à literatura, à ciência e à educação. No entanto, como observa Marques de Melo (2003, p. 65), “essas experiências culturais não anulavam o viés ideológico predominante na imprensa, que continuava a ser o espaço privilegiado da disputa entre liberais e conservadores”. O jornal tornava-se, assim, um espelho das transformações sociais do Império, refletindo as contradições de um país que começava a conviver com ideias de modernidade, mas ainda preso a estruturas arcaicas.

A difusão das ideias liberais europeias e o avanço do movimento abolicionista contribuíram para o fortalecimento da imprensa como fórum de debate público. Os jornais abolicionistas, especialmente a partir da década de 1870, ampliaram o alcance das causas sociais e transformaram o jornalismo em instrumento de mobilização popular. Marques de Melo (2003, p. 72) afirma que “a campanha abolicionista inaugurou uma nova função para a imprensa: a de agente de transformação social, capaz de mobilizar consciências e pressionar o Estado”. Essa fase representou um marco, pois pela primeira vez o jornalismo ultrapassava as fronteiras do partidarismo e se articulava com movimentos sociais emergentes.

O processo de urbanização das grandes cidades, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, também influenciou o desenvolvimento do jornalismo. Com o aumento da alfabetização e a formação de uma classe média urbana, cresceu o público leitor e multiplicaram-se os jornais de circulação diária. De acordo com Marques de Melo (2003, p. 77), “a expansão do público leitor criou novas exigências para os periódicos, que precisaram adaptar-se a um leitor mais diversificado, interessado não apenas em política, mas também em temas culturais, econômicos e sociais”. Essa ampliação de horizontes fez surgir os primeiros indícios de um jornalismo voltado à informação cotidiana, sem abandonar totalmente seu caráter opinativo.

Contudo, o final do Império foi marcado por intensa efervescência política e pelo declínio do modelo monárquico. A imprensa, novamente, assumiu papel protagonista nesse processo. Os periódicos republicanos ganharam força e passaram a questionar abertamente a legitimidade da monarquia e a defesa do regime centralizado. Marques de Melo (2003, p. 81) observa que “a imprensa republicana se transformou em trincheira ideológica, difundindo ideias federalistas e democráticas, ao mesmo tempo em que denunciava o imobilismo do regime imperial”. Jornais como *A República* e *Diário do Comércio* tornaram-se instrumentos de combate político, articulando intelectuais, militares e civis descontentes.

O embate entre a imprensa monarquista e a imprensa republicana evidenciava não apenas divergências políticas, mas também diferentes visões de país. Enquanto os jornais ligados ao Império defendiam a manutenção da ordem e da unidade territorial, os republicanos pregavam o progresso e a modernização institucional. “O debate travado nas páginas dos jornais antecipava o colapso do regime imperial, pois

refletia uma sociedade em transformação, consciente de que o modelo vigente já não respondia às novas demandas sociais e econômicas” (Marques de Melo, 2003, p. 85).

À medida que se aproximava o final do século XIX, o jornalismo brasileiro consolidava-se como um poder autônomo na esfera pública, influenciando diretamente a opinião e a política. Marques de Melo (2003, p. 88) destaca que “a imprensa deixava de ser mero prolongamento dos partidos para se converter em protagonista das mudanças, atuando como mediadora entre o Estado e a sociedade”. Esse protagonismo foi determinante para o desfecho político que culminaria na queda da monarquia.

Nos anos que antecederam a Proclamação da República, o ambiente jornalístico fervilhava de debates e publicações efêmeras. Pequenas folhas impressas, panfletos e jornais satíricos circulavam com rapidez, expressando o descontentamento geral com o regime e exaltando as virtudes do republicanismo. Segundo Marques de Melo (2003, p. 91), “a imprensa satírica desempenhou papel importante na difusão das ideias republicanas, utilizando o humor como arma política e ampliando o alcance das críticas ao governo imperial”. Essa vertente, popular e irreverente, contribuiu para aproximar o discurso político do público leigo, tornando mais acessíveis os debates que antes se restringiam às elites letradas.

Com a crise do regime e a crescente insatisfação dos militares, a imprensa intensificou suas críticas ao governo de Dom Pedro II, abrindo espaço para o discurso reformista e nacionalista. “O jornalismo do final do Império foi o arauto das transformações que viriam, pois soube captar o espírito de mudança e canalizar as forças sociais emergentes” (Marques de Melo, 2003, p. 96). Quando a República foi proclamada em 1889, a imprensa já havia pavimentado o caminho ideológico para a aceitação do novo regime.

Durante o Segundo Reinado e mesmo após a Proclamação da República, a chamada “imprensa partidária” continuou a ser dominante. Como aponta Sodré (1966), os jornais eram frequentemente sustentados por partidos, lideranças regionais ou grupos econômicos, moldando a cobertura conforme interesses políticos específicos. Nesse período, o jornalismo não apenas registrava acontecimentos, mas interferia diretamente nas disputas de poder, influenciando decisões e consolidando correntes de opinião pública. E mesmo com a gradual modernização da imprensa no início do

século XX — caracterizada por maior profissionalização e ampliação do público leitor —, a herança desse nascimento político permaneceu.

1.3 As transformações na comunicação e informação do século XX

Com a Proclamação da República em 1889, o cenário jornalístico manteve traços da imprensa partidária, mas passou por mudanças importantes. A expansão do público leitor urbano e alfabetizado fez surgir jornais voltados à opinião pública mais ampla, mas ainda com forte vínculo com elites políticas e econômicas. De acordo com Sodré (1966), a imprensa continuava a operar como arena política, mas já revelava sinais de transição rumo a uma maior diversificação temática e estilística.

No início do século XX, observa-se um processo de modernização e profissionalização da atividade jornalística. Jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* destacaram-se por adotar práticas mais regulares de redação, separando opinião de notícia e expandindo a cobertura para áreas como cultura, esportes e economia. Como ressalta Melo (2003, p. 47), “a imprensa brasileira passou a desenvolver modelos de produção que buscavam maior distinção entre informação e opinião, ainda que permanecessem as influências políticas e econômicas no direcionamento editorial”.

A década de 1930 marcou uma inflexão significativa: com o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas em 1937, a imprensa sofreu forte controle e censura. Conforme lembra Ruy Castro (2010), jornais e revistas que criticavam o governo eram perseguidos, enquanto outros se adaptavam para sobreviver, incorporando discursos oficiais. Nesse período, a comunicação estatal por meio do rádio se consolidou, especialmente com a criação da Rádio Nacional em 1936, que se tornaria um dos maiores veículos de difusão cultural e política do país.

Com o término do Estado Novo em 1945, o Brasil ingressou em um período de redemocratização que também se refletiu na imprensa. O jornalismo, que havia sofrido forte censura durante o regime de Getúlio Vargas, reencontrou na liberdade política um terreno fértil para a retomada de seu papel crítico e informativo. Segundo Marques de Melo (2003, p. 117), “a derrocada do Estado Novo significou para os jornais brasileiros o renascimento da palavra livre, ainda que sob as sombras da instabilidade política e da força das elites econômicas”.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por um processo de modernização empresarial da imprensa. Os jornais passaram a adotar modelos administrativos mais profissionais, incorporando tecnologias de impressão e organização das redações. Essa transformação consolidou a imprensa como um setor econômico estruturado, vinculado à lógica do mercado e à disputa por audiências. Como observa Melo (2003, p. 122), “os jornais transformaram-se em empresas capitalizadas, buscando eficiência administrativa e regularidade informativa como forma de garantir prestígio e sobrevivência em um mercado competitivo”.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, agora eleito pelo voto popular, reacendeu a tensão entre imprensa e governo. A polarização ideológica do período dividiu os veículos de comunicação entre aqueles que apoiavam o projeto nacionalista e os que o combatiam em nome do liberalismo econômico. De acordo com Melo (2003, p. 127), “a imprensa manteve-se dividida entre o apoio e a oposição a Vargas, reproduzindo na esfera midiática os conflitos ideológicos que permeavam a sociedade brasileira”. Essa postura reforçou o papel político do jornalismo e mostrou que, mesmo após a modernização técnica, as redações ainda operavam sob forte influência das disputas partidárias.

O rádio, fortalecido durante o Estado Novo, consolidou-se como meio de massa nas décadas seguintes, tornando-se um dos principais instrumentos de difusão cultural e política. Marques de Melo (2003, p. 133) destaca que “o rádio assumiu dupla função: continuava sendo o instrumento de persuasão política e, ao mesmo tempo, inaugurava uma linguagem popular que aproximava o público das notícias”. Com a expansão das emissoras e a popularização dos aparelhos receptores, o rádio tornou-se o principal meio de comunicação de alcance nacional até a chegada da televisão.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), o país viveu um ciclo de otimismo e crescimento econômico, e o jornalismo acompanhou esse ritmo de modernização. As redações adotaram práticas mais técnicas, como o uso sistemático da pirâmide invertida e a separação entre informação e opinião. Marques de Melo (2003, p. 141) ressalta que “a imprensa começou a incorporar padrões industriais de produção, elevando o nível de profissionalização e criando as bases para um jornalismo moderno, urbano e nacional”.

No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu esse processo de amadurecimento democrático. A censura institucionalizou-se como instrumento de

controle político e ideológico. “Os jornais foram obrigados a submeter-se à censura prévia, desenvolvendo estratégias de resistência simbólica para preservar parte de sua função informativa” (Marques de Melo, 2003, p. 157). Nesse contexto, muitos jornalistas recorreram a formas sutis de contestação, utilizando metáforas, ironias e lacunas para escapar do rigor censor.

Apesar da repressão, o período da ditadura testemunhou o surgimento da chamada imprensa alternativa, que se tornou uma voz de resistência cultural e política. Pequenas publicações, muitas vezes clandestinas, buscavam dar visibilidade a temas silenciados pela grande mídia. Marques de Melo (2003, p. 161) observa que “a imprensa alternativa floresceu como voz de oposição, criando espaços de expressão para intelectuais, artistas e militantes silenciados pela grande imprensa”. Títulos como *O Pasquim*, *Movimento* e *Opinião* marcaram essa fase de contestação e se tornaram símbolos de coragem intelectual em tempos de autoritarismo.

Na segunda metade da década de 1970, o processo de abertura política possibilitou uma lenta recuperação da liberdade de imprensa. As redações voltaram a publicar críticas mais abertas e a discutir temas políticos com menor interferência estatal. Conforme Marques de Melo (2003, p. 169), “a liberalização progressiva do regime permitiu que a imprensa recuperasse sua função de vigilância social, embora ainda submetida às pressões do poder econômico e militar”.

Com o advento da redemocratização em 1985, a imprensa conquistou novamente o direito de exercer seu papel fiscalizador e plural. A partir desse momento, o jornalismo brasileiro passou a se pautar pela busca de credibilidade, pela ética profissional e pela diversificação editorial. Marques de Melo (2003, p. 177) analisa que “a liberdade reconquistada trouxe novos desafios éticos: a imprensa passou a responder não apenas ao poder político, mas também ao poder econômico que sustentava suas estruturas empresariais”. Essa nova configuração consolidou grandes conglomerados de mídia, como as Organizações Globo e o Grupo Folha, que passaram a dominar o cenário comunicacional.

Nas décadas de 1990 e 2000, as inovações tecnológicas transformaram de modo profundo as práticas jornalísticas. A chegada da internet e o surgimento do jornalismo digital alteraram a temporalidade da notícia e a dinâmica de produção nas redações. Melo (2003, p. 185) destaca que “a migração para o ambiente virtual redefiniu a temporalidade da notícia, substituindo o ciclo diário da imprensa escrita

pela instantaneidade da rede”. Essa nova fase trouxe desafios inéditos, como a concorrência com portais internacionais, a precarização do trabalho jornalístico e a crise de sustentabilidade dos jornais impressos.

Além disso, a difusão das tecnologias digitais ampliou o papel do público como produtor de conteúdo, inaugurando uma nova relação entre jornalistas e leitores. Como lembra Melo (2003, p. 192), “o jornalismo contemporâneo enfrenta o desafio de dialogar com um público cada vez mais ativo e participativo, que exige transparência, rapidez e pluralidade”. Essa mudança cultural alterou a lógica tradicional da imprensa e obrigou as empresas de comunicação a repensarem seus modelos editoriais.

1.4 O surgimento de um novo jornalismo no ambiente digital

Como mencionado anteriormente, o jornalismo digital brasileiro começou a se estruturar de maneira mais sistemática a partir da segunda metade da década de 1990, com a popularização da internet no país. Os primeiros veículos a migrarem para o ambiente online foram justamente os grandes jornais impressos, como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, que passaram a disponibilizar suas edições em formato digital. Segundo Mick e Lima (2013, p. 25), “a primeira geração de jornais na internet no Brasil se limitou a transpor para o novo suporte os conteúdos do impresso, sem alterar profundamente a lógica de produção”.

A partir da segunda metade da década de 2010, o jornalismo digital brasileiro passou a operar cada vez mais orientado por métricas de engajamento, como cliques, curtidas e compartilhamentos. Esse processo aproximou o jornalismo dos modelos da publicidade no ambiente virtual. Como observa Scolari (2015, p. 62), “o título de uma notícia tornou-se não apenas a porta de entrada, mas o próprio núcleo do consumo informativo em tempos de atenção fragmentada”.

Essa transição histórica resultou na consolidação de um jornalismo digital altamente estetizado, onde o enfoque está no cultivo direto de acessos à websites e não mais ao objeto noticiado. Segundo o editor do *Monday Note*, Frederic Filloux: “O que vemos hoje é uma vasta corrente de informações replicadas, empacotadas em miríades de formas levemente diferentes, mas que possuem um objetivo em comum

— chamar e prender a atenção do público leitor a todo custo.”¹ As escolhas editoriais já não se limitam à apuração factual, mas envolvem decisões sobre formatos, narrativas e construções simbólicas, mesmo que isso recorra a um excesso de recursos estéticos, como diz Filloux. Pierre Bourdieu (1997, p. 29) já havia advertido que “a tirania do índice de audiência ameaça constantemente a autonomia do jornalismo e favorece a espetacularização em detrimento da reflexão crítica”.

O conjunto de procedimentos técnicos é essencial também na tomada de decisões em curto e longo prazos. O e-mail da manhã do *The Guardian* analisa a performance do dia anterior; a *Folha* quer produzir menos matérias mal lidas e por isso fez um estudo de mapeamento do comportamento da audiência; e a BBC, também após análise do perfil de seu público, empreende esforços editoriais para atingir diferentes tipos de audiência (VIEIRA, 2018, p. 225).

No cenário atual, portanto, coexistem inúmeras tendências dentre os veículos jornalísticos digitais e suas linhas editoriais, medidas por seus mecanismos de estetização do conteúdo jornalístico. Souza Vieira (2018) analisa os mecanismos atuais de grandes veículos digitais, demonstrando uma relação, na atualidade quase que obrigatória, entre a apresentação do conteúdo e o seu engajamento, em um processo constante do veículo digital de adequar esteticamente a informação que é transmitida ao seu público.

¹ **Tradução livre do original:** “What we face today is a vast stream of replicated information, packaged in myriads of slightly different ways, but sharing a common objective: collecting and retaining viewers at all costs” (FILLOUX, 2016, online).

2. REFERENCIAL TEÓRICO:

2.1 A ética jornalística e os limites da neutralidade na informação

Responsável por estabelecer um padrão internacional de conduta para jornalistas, o documento denominado “Declaration of Principles on the Conduct of Journalists” foi adotado em 1954, durante o congresso mundial da Federação Internacional de Jornalistas (International Federation of Journalists – IFJ), e posteriormente emendado em 1986. Segundo a EthicNet — uma coletânea de códigos de ética jornalísticos em cooperação com a UNESCO e a IOJ (Organização Internacional de Jornalistas), no site oficial da Universidade de Tampere, na Finlândia, esse código reúne nove princípios deontológicos e profissionais que orientam a prática jornalística em todo o mundo, tratando de valores fundamentais como a busca pela verdade, a responsabilidade social da informação, a verificação rigorosa das fontes, o dever de correção de erros e a preservação da liberdade de expressão. Entre esses princípios, vários remetem à ideia de imparcialidade e neutralidade — entendidas como o compromisso do jornalista com a exatidão dos fatos e com a independência de interesses políticos ou econômicos —, embora o documento não apresente uma divisão específica que separe princípios exclusivamente voltados à imparcialidade.

O jornalista e especialista em ética midiática, Stephen J. A. Ward (2015), afirma que tal dever orienta o jornalista na busca pela apuração rigorosa em busca da verdade, a qual — segundo o autor — é sua principal obrigação pelo equilíbrio de fontes e pela apresentação objetiva dos fatos.

A objetividade jornalística, no entanto, não é pura e completa neutralidade, mas uma miríade de processos que buscam reduzir a interferência subjetiva do repórter no fato, e não somente é possível observar isso na obra de Nilson Lage (2001) que discorre sobre a teoria e a técnica por trás da prática jornalística.

Há publicações — principalmente aquelas politicamente engajadas, mas também as que querem fazer jornal a partir de uma visão de marketing — em que as matérias dão a impressão de pautas ampliadas. O jornalismo perde, então, o traço de novidade e se torna um discurso de divulgação das ideias prontas que não nasceram da consideração dos fatos, mas de ideologias ou crenças que um editor ou pauteiro dissemina, sem sair da redação. (NILSON LAGE, 2001, p.18)

Ciro Marcondes Filho (2000) também descreve a produção noticiária com uma dinâmica própria, sendo complexa, envolvendo inúmeros agentes, processos sofisticados envolvendo técnica, mas que — numa ocorrência ultrarrápida — acaba se tornando inverificável em tempo hábil. A visão de mundo de cada jornalista — associados, segundo o autor, aos seus vícios e perspectivas parciais e preconceituosas — acaba por produzir a desinformação e mistificação da mesma.

A desinformação ou a ausência total de informação por força do excesso ocorre de várias maneiras. Em primeiro lugar, pelo volume, no sentido que os gregos davam à palavra *phármakon*, que é tanto o de preparar remédios como o de produzir venenos ou encantos. Em doses pequenas, salva; em doses grandes, mata. O bombardeio informativo narcotiza o receptor, para torná-lo indiferente à própria notícia. (MARCONDES FILHO, 2000, p.113)

Ao tratar a respeito do bombardeio informativo, como visto no trecho acima, Marcondes Filho (2000) complementa que a veracidade aparente de uma notícia é proporcional à quantidade de veículos que a noticiam — num processo que o autor denomina “mimetismo”. E, com diversidade de canais e veículos no âmbito digital que atualmente regem o jornalismo digital, essa torrente informacional é magnificada aos montes, assim como seu efeito entorpecente no público consumidor da informação.

Em síntese, tanto Lage (2001) quanto Marcondes Filho (2000) revelam que a objetividade jornalística, entendida como prática ética e técnica, vem sendo tensionada por duas forças complementares: a ideologização editorial e a aceleração tecnológica. De um lado, a interferência das agendas políticas e mercadológicas; de outro, a dinâmica do excesso informacional que transforma a notícia em espetáculo e o público em consumidor distraído.

Além dos autores mencionados, os manuais de redação dos principais veículos jornalísticos brasileiros, como o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* e o *Manual de Jornalismo da Rede Globo*, também estabelecem diretrizes que reforçam a importância da isenção e da objetividade no exercício da profissão.

Tais manuais orientam sobre o uso adequado da linguagem, a hierarquização da informação e a necessidade de separar claramente a opinião do factual, assim como o argumento da intoxicação da informação de Marcondes Filho. A imparcialidade, nesse contexto, não significa ausência de posicionamento crítico, mas sim o compromisso em apresentar os diferentes lados de uma questão, permitindo que o público forme sua própria opinião com base em informações verificadas e equilibradas.

2.2 A economia da atenção e os efeitos da estetização da notícia

É nesse ponto que a estética da notícia ganha centralidade. Marshall McLuhan (1964), ao afirmar que “o meio é a mensagem”, já antecipava o poder da forma sobre o conteúdo. A linguagem visual, os recursos multimídia, a diagramação e, principalmente, os títulos são hoje elementos centrais no processo de mediação da informação. O jornalista, antes mediador neutro de fatos, passa a ser um arquiteto da experiência informacional, construindo sentidos e narrativas a partir da forma como a notícia é estruturada.

Segundo Santaella (2020), a cultura da convergência midiática e das redes digitais potencializa ainda mais essa estética do excesso. A autora destaca que a sociedade atual é marcada pela fragmentação da atenção e pela busca por estímulos constantes, o que faz com que o jornalismo digital precise disputar espaço com conteúdos de entretenimento, publicidade e redes sociais — fazendo-se não mais jornalístico no sentido informacional, mas publicitário, cuja consequência imediata é o abandono dos textos por parte do consumidor de informação e por consequência de seus produtores (jornalistas) para, em troca, limitar o processo informativo dos veículos por meio de chamadas de notícia, frases curtas, títulos e imagética publicitária.

O efeito direto dessa disputa é o que McStay (2018) denomina de "economia da atenção". Nessa lógica, as narrativas jornalísticas passam a ser construídas com foco em métricas como cliques, compartilhamentos e tempo de permanência na página, deixando muitas vezes em segundo plano o compromisso com a pluralidade de fontes, a contextualização adequada e a checagem rigorosa dos fatos.

Do ponto de vista cognitivo, o professor de neurociência Christopher Comer (2021), defende que a forma como uma informação é apresentada pode afetar diretamente sua assimilação e memorização. O cérebro humano é biologicamente programado para responder a estímulos narrativos, emocionais e visuais, o que torna a narrativa jornalística um fator determinante no processo de formação de opinião.

Essa compreensão é reforçada por Edvaldo Pereira Lima (2012), ao afirmar que toda narrativa pública carrega uma visão de mundo e que sua estrutura pode contribuir para elevar ou rebaixar o nível de consciência crítica do público. No ambiente atual, onde a estética narrativa é cada vez mais moldada por algoritmos e

pelas lógicas das plataformas digitais, a preocupação com a qualidade da informação acaba se tornando secundária, refém da forma em que a notícia é apresentada — suas qualidades estéticas.

No jornalismo digital, a construção de narrativas se dá não apenas pela redação de textos, mas também pela escolha de imagens, manchetes impactantes e recursos multimídia que induzem respostas emocionais rápidas. Essa estratégia é potencializada por algoritmos de recomendação, que filtram o conteúdo entregue ao usuário com base em preferências anteriores, contribuindo para uma segmentação das audiências e um consumo mais seletivo da informação, como discutido por Eli Pariser (2011) em seu estudo sobre personalização algorítmica de conteúdo.

A estetização da notícia, portanto, não pode ser vista como um simples aprimoramento da forma. Trata-se de um fenômeno que reconfigura as relações entre fato e representação, criando um cenário em que o valor simbólico da informação — sua capacidade de gerar cliques, visualizações e engajamento — muitas vezes suplanta seu compromisso com a veracidade e a contextualização. Esse processo é agravado pela lógica do capitalismo de atenção, em que a economia do engajamento dita as pautas, as manchetes e até o tom emocional das matérias.

A notícia ganhou sua forma moderna, copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, baseou-se, não na narrativa em sequência temporal, mas na valorização do aspecto mais importante de um evento. No caso do texto publicado, essa informação principal deve ser a primeira, na forma de lead – proposição completa, isto é, com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. Deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem retórica e destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística. (NILSON LAGE, 2001, p.7)

De acordo com Megan Boler e Elizabeth Davis (2020), esse ambiente contribui para uma dinâmica de engajamento emocional seletivo, na qual os leitores tendem a consumir conteúdos que reforçam seus estados emocionais e ideológicos prévios — um cenário que, embora não seja objeto empírico desta pesquisa, compõe o pano de fundo teórico que justifica a análise das estratégias narrativas adotadas pelos veículos estudados e que corrobora com a tese de Comer (2021) e Taggart (2021).

Do ponto de vista ético, ao considerar os conceitos de alienação, fetichização e espetáculo, é possível afirmar que a mídia contemporânea não apenas informa, mas molda experiências de mundo, cria narrativas e — ocasionalmente — distancia o factual do conteúdo noticiado. As notícias deixam de ser janelas para a realidade e

passam a funcionar como espelhos de narrativas previamente estruturadas para reforçar crenças, emoções e consumos afetivos.

Essa problemática se agrava no ambiente digital, onde o ciclo de produção e consumo da notícia é acelerado, fragmentado e impulsionado por métricas de engajamento. Como bem lembra Bourdieu (1997), a busca incessante por audiência transforma os critérios editoriais, impactando diretamente a qualidade da informação entregue ao público.

2.3 Da fetichização da mercadoria à fetichização da informação

Ludwig Andreas Feuerbach (Landshut, 28 de julho de 1804 – Rechenberg, Nuremberg, 13 de setembro de 1872), filósofo alemão que influenciou as ideias de Karl Marx, descreve em sua teoria da alienação que a religião é uma projeção das qualidades humanas atribuídas a um ser divino. Nesse processo, o ser humano cria um distanciamento de sua essência, atribuindo-lhe características sobrenaturais, como onipotência, onisciência e perfeição. Feuerbach argumenta que, ao adorar essas qualidades em uma entidade externa, o indivíduo se aliena de si mesmo, não reconhecendo que essas virtudes são, na verdade, manifestações de sua própria natureza humana.

E sem dúvida o nosso tempo... Prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... O que é sagrado para ele, não é senão a ilusão, mas o que é profano é a verdade. Melhor, o sagrado cresce a seus olhos à medida que decresce a verdade e que a ilusão aumenta, de modo que para ele o cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado. (FEUERBACH, 1841)

A influência das ideias do filósofo alemão sobre o trabalho de Marx (1845), onde o próprio escreve suas críticas sobre Feuerbach, fez com que ele ampliasse tais conceitos para o mercado de trabalho, argumentando que, no capitalismo, o trabalhador se aliena do produto de seu trabalho, do processo de produção e de sua própria essência humana, tornando-se ele uma mercadoria. A alienação impede o reconhecimento da verdadeira natureza humana e faz do homem escravo de suas obras — no caso de Marx, seu produto do trabalho. Não somente na perspectiva do trabalhador, mas também da perspectiva da mercadoria, Marx deriva o conceito feuerbachiano para a lógica do produto capitalista – formulando em sua obra *O Capital* o processo que ele mesmo nomeia de fetichização.

Marcondes Filho (2000) descreve que o jornalismo naturalmente passou por um processo de capitalização, e a notícia acabou se tornando por si só uma mercadoria.

A notícia, como mercadoria, vai recebendo cada vez mais investimento para melhorar sua aparência e sua vendabilidade: criam-se manchetes, os destaques, as reportagens, trabalha-se e investe-se muito mais na capa, no logotipo, nas chamadas de primeira página. (MARCONDES FILHO, 2000, 24)

A "fetichização da informação", conceito estabelecido por César Bolaño (2000) derivando a teoria marxista para a comunicação, refere-se ao processo pelo qual a informação, ao ser desprovida de contexto e significado profundo, é consumida de forma tão superficial quanto o de uma peça publicitária. Esta que, por sua vez, tem por objetivo uma ação rápida de engajamento por meio de gatilhos mentais, adequação estética ao público consumidor e apelos visual-emocionais — como Bolaño explica, trata-se de uma subsunção da informação à lógica mercadológica — e uma inédita aproximação das áreas do jornalismo e da publicidade, quando tratando do atual jornalismo digital. Títulos sensacionalistas e chamadas manipulativas são estratégias há muito utilizadas para atrair atenção e gerar lucro, entretanto com o avanço rápido das tecnologias da comunicação e aceleração constante da interatividade digital, o processo antes costumeiro torna-se uma problemática crescente.

Além da visão mercadológica, é preciso considerar a forma como os meios de produção simbólica, incluindo o jornalismo, passam a operar dentro da lógica do capitalismo informacional. De acordo com Manuel Castells (1999), vivemos atualmente em uma sociedade em rede, na qual a informação não é apenas um bem, mas um recurso estratégico de poder. E, dessa forma, em situações políticas conturbadas, a informação como mercadoria e recurso de poder na era da comunicação passa a ser uma peça chave no processo político, econômico e social de uma sociedade, tendo seus veículos como detentores dessa responsabilidade autoexplicativa.

2.4 O papel do framing, da narrativa e dos títulos jornalísticos

A mídia digital converte-se em um dos principais canais de produção e reprodução de discursos, muitas vezes orientados não pela qualidade da informação,

mas pela sua capacidade de viralização e engajamento. Essa nova lógica de circulação da informação aproxima-se daquilo que Noam Chomsky e Edward S. Herman (1988) apontam em seu livro *Manufacturing Consent* como “modelos de propaganda”. Segundo os autores, os meios de comunicação de massa, mesmo que formalmente independentes, operam sob pressões estruturais que condicionam as narrativas jornalísticas. São essas pressões que muitas vezes resultam na manipulação sutil da informação, seja pela seleção de fontes, pelo enquadramento narrativo (framing) ou pela ênfase conferida a determinados aspectos de um fato.

O conceito de framing, desenvolvido por Entman (1993), é fundamental para entender como a construção da notícia pode direcionar a interpretação do público. O enquadramento determina quais aspectos de um evento serão destacados e quais serão omitidos, influenciando, assim, a maneira como os receptores compreendem a realidade. Na lógica do jornalismo digital, o título de uma matéria, por exemplo, passa a ser um dos principais vetores desse enquadramento, atuando como um gatilho mental, comentado anteriormente, interpretativo — sendo este um recurso muito mais publicitário do que jornalístico.

2.5 As técnicas e o método de redação no jornalismo digital moderno

A técnica jornalística é o alicerce que sustenta a prática ética e a credibilidade da notícia. Como pode-se inferir de Lage (2001), assim como a ética define os limites morais da profissão, a técnica delimita seus procedimentos e estruturas narrativas. No ambiente digital, esses fundamentos não desaparecem, mas são ressignificados à luz das novas linguagens e dinâmicas de leitura. O *Manual de Redação de Webjornalismo*, escrito por Viana (2002) numa coleção de técnicas e ensinamentos de diferentes especialistas em comunicação e jornalistas além do próprio autor, é enfático ao afirmar que “não há sentido em querer reinventar a roda. Escrever para a Internet é diferente de escrever para jornal, mas nem tanto” (p. 45). A afirmação sintetiza a premissa de continuidade entre o jornalismo tradicional e o jornalismo digital: trata-se menos de criar um novo paradigma e mais de adaptar os métodos clássicos à lógica hipertextual e interativa da rede.

Nesse contexto, o manual reitera a importância das estruturas consagradas da notícia — lide, sublide, pirâmide invertida, titulação e chamadas —, as quais “podem

e devem ser repensadas à luz das possibilidades da Internet” (p. 45), mas sem abrir mão da função primordial de informar com clareza, concisão e precisão. O princípio da simplicidade, por exemplo, é apontado como regra de ouro da redação jornalística: “a linguagem adotada deve ser sempre clara, sem ser pobre, e simples, sem ser simplista. Procura-se o ‘desprezo ao enfeite gratuito, ao falso intelectualismo, à cópia da banalidade alheia” (p. 47). Tal orientação aproxima-se de Nilson Lage (2001), em que o texto jornalístico deve eliminar qualquer traço ornamental que desvie o leitor do fato, mantendo o foco na inteligibilidade e no serviço público da informação.

A construção sintática, por sua vez, é regida pelo princípio da frase curta e afirmativa. O manual recomenda: “Facilitar o trabalho do leitor é missão obrigatória. Na Internet, onde a leitura costuma ser apressada, mais ainda. As ideias devem ser apresentadas uma de cada vez, em frases separadas” (p. 50). A objetividade textual é, portanto, não apenas uma virtude estilística, mas uma exigência da própria experiência de leitura digital — marcada pela dispersão, pela fragmentação e pela velocidade de navegação. Essa economia de linguagem reflete a lógica do “tempo real” que caracteriza o jornalismo digital, no qual a clareza deve se sobrepôr ao artifício narrativo.

Pode ser que a fórmula defendida para os jornais populares – onde cabem títulos de duplo sentido como “Cachorro faz mal a moça” para falar que uma mulher passou mal após comer um cachorro-quente – caiba também em alguns casos específicos na Internet. Como estamos sendo genéricos, não recomendamos o uso deste recurso. Ficamos com a objetividade em primeiro lugar. O estudo do Poynter Institute conclui que os usuários da Web muitas vezes desejam apenas discernir rapidamente se uma reportagem merece ou não ser lida. (VIANA, 2002, pág.53)

Outro aspecto central é a organização da informação em pirâmide invertida, técnica herdada do jornalismo impresso e preservada no ambiente online. “Alimenta-se o início da matéria com os fatos mais relevantes, e o conteúdo dos parágrafos que seguem vai decrescendo em importância” (p. 51). Essa estrutura favorece tanto a compreensão imediata quanto a leitura não linear, adaptando-se à navegação hipertextual e ao consumo fragmentado da notícia na tela. Como destaca o manual, “é comum os leitores não chegarem ao final do texto. É importante saber segurá-los até a última frase” (p. 50), o que reforça a necessidade de parágrafos curtos e bem encadeados, funcionando como elos de uma corrente informativa contínua.

A revolução técnica mais evidente, entretanto, é a introdução do hipertexto como novo suporte narrativo. O manual define-o como “não só um artifício gráfico, mas uma maneira diferente de leitura, alterando o modo de os usuários raciocinarem” (p. 44). O hipertexto rompe com a linearidade do impresso e transforma o leitor em “editor”, capaz de escolher a ordem de leitura e construir seu próprio percurso informativo. Essa característica exige do jornalista um novo tipo de organização mental e textual, no qual os links substituem as referências cruzadas e o texto se abre para uma arquitetura de múltiplos caminhos.

Além disso, o manual dedica atenção especial à precisão vocabular, afirmando que “riqueza vocabular sem ostentação é o que se pede” (p. 50). O jornalista deve evitar tanto o jargão técnico quanto o lugar-comum, buscando o termo exato que melhor descreve o fato. Essa postura se estende à humildade profissional, princípio ético-técnico que, segundo o manual, “deve orientar o jornalista a checar as informações, transmiti-las com correção e jamais ser pedante” (p. 47). Trata-se, portanto, de uma técnica moralizada, na qual o domínio linguístico se equilibra com a responsabilidade social da escrita.

Viana (2002) também incorpora elementos inovadores como o uso do link — recurso “que serve para adicionar informação, ligando matérias anteriores, outras páginas e até outros sites” (p. 57) — e o cuidado com a legenda e o texto-legenda, fundamentais para a composição multimodal da notícia. Mesmo com a expansão das linguagens audiovisuais, o documento enfatiza que “o jornalismo on-line, hoje, deve se pautar pelo hipertexto, o grande recurso disponível a qualquer internauta” (p. 46), reafirmando o papel central da escrita como eixo organizador da narrativa jornalística.

Assim, as orientações do *Manual de Redação de Webjornalismo* reafirmam que o domínio técnico — da sintaxe à estrutura narrativa — é indissociável da ética e da credibilidade da profissão. Em tempos de aceleração informacional e estetização das notícias, a técnica redacional permanece como instrumento de rigor e responsabilidade, ajustando-se aos novos suportes sem abdicar de sua função essencial: comunicar com clareza, veracidade e propósito público.

3. ANÁLISE DA COBERTURA DO PROCESSO ATÉ A CONDENAÇÃO POR VEÍCULOS COM LINHAS EDITORIAIS DISTINTAS

3.1 Proposta da análise

A presente pesquisa tem como objetivo examinar comparativamente o enquadramento discursivo e estrutural de coberturas jornalísticas on-line produzidas pelos portais Revista Oeste, G1 e Brasil 247 durante os cinco meses que antecederam a condenação de Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em 11 de setembro de 2025. O corpus é composto por 30 matérias jornalísticas, distribuídas em dez eventos noticiosos de relevância política e institucional, sendo três matérias por evento — uma de cada veículo.

Os veículos foram selecionados de forma intencional, considerando sua representatividade editorial e sua relevância no ecossistema de comunicação digital brasileira. O *G1* foi escolhido como representante do jornalismo técnico e institucional, vinculado a um conglomerado tradicional (Grupo Globo) e orientado pela prática da fatorialidade e da padronização noticiosa. A *Revista Oeste* representa o polo liberal-conservador, cuja produção articula discurso jornalístico e opinião editorial, frequentemente em contraposição à imprensa hegemônica. Já o *Brasil 247* foi incluído como veículo de orientação progressista, caracterizado pela combinação entre jornalismo opinativo e ativismo político-comunicacional. Essa triangulação assegura amplitude ideológica e permite observar, com rigor técnico, como diferentes perspectivas constroem narrativas sobre um mesmo fato.

O recorte temporal — compreendido entre abril e setembro de 2025 — abrange o período de intensificação da agenda judicial e política envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, marcado por eventos como manifestações públicas, delações, audiências e, finalmente, o julgamento no STF. A escolha desse intervalo tem fundamento empírico e teórico: segundo Nilson Lage (2001), a análise do discurso jornalístico exige a observação de séries narrativas, nas quais o tratamento de um mesmo ator social ao longo do tempo revela os mecanismos de coerência, hierarquia e intencionalidade editorial.

A análise foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e comparativa, cujo propósito é examinar a adequação das matérias aos princípios técnicos do jornalismo on-line estabelecidos por Viana (2002), especificamente nos eixos de:

Clareza e hierarquia informativa (p. 45–46); Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47); Seleção lexical e tom discursivo (p. 46–47); Equilíbrio e pluralidade de fontes (p. 37); Titulação e estrutura narrativa (p. 45–46).

3.2 Contexto e escolha dos veículos *G1*, *Brasil 247* e *Revista Oeste*

Os veículos analisados neste trabalho — *Revista Oeste*, *G1* e *Brasil 247* — foram selecionados com base em critérios de diversidade editorial, representatividade ideológica e alcance digital. Cada portal constitui um polo de produção e difusão de conteúdo jornalístico on-line no Brasil contemporâneo, dois deles de linhas editoriais antagônicas no espectro político, expressando, de modo distinto, as tensões entre jornalismo informativo, opinião política e comunicação digital.

A razão de tal escolha está interconectada com o contexto político do recorte escolhido para a análise: o período de 5 meses anteriores à condenação do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Como já feita a análise do retrospecto histórico do jornalismo brasileiro e suas raízes políticas, durante tempos de instabilidade política e ideológica, veículos jornalísticos tendem a tomar maior posicionamento e abdicar — mesmo que brevemente — da impessoalidade, como vemos em Lage (2001) em seu descritivo sobre a “política da notícia”.

A seleção dos três veículos evidencia um recorte metodológico que abrange o espectro ideológico do jornalismo digital brasileiro contemporâneo — com a *Revista Oeste* representando a direita liberal-conservadora, o *Brasil 247* a esquerda e o *G1* o centro técnico-institucional. A comparação entre eles permite observar como a aplicação (ou a violação) dos princípios de impessoalidade, clareza e pluralidade definidos por Viana (2002) varia de acordo com a orientação editorial. Tal escolha reforça o objetivo deste trabalho: compreender como o discurso jornalístico on-line, diante da polarização política, se distancia da neutralidade formal e adota a linguagem como instrumento de posicionamento simbólico e político.

A seguir, está o descritivo de cada um dos veículos analisados nesse estudo:

A) Revista Oeste

A *Revista Oeste* é um veículo de comunicação digital fundado em 2020, com sede em São Paulo, e que se define editorialmente como voltado à defesa da “liberdade econômica, política e de expressão”². Sua linha editorial adota um posicionamento liberal-conservador, alinhando-se a uma perspectiva crítica em relação à imprensa tradicional e ao campo progressista. A estrutura do portal privilegia artigos de opinião, colunas e reportagens com forte marca interpretativa, ainda que sejam apresentadas sob o formato de notícias.

Do ponto de vista técnico, o portal tende a incorporar características híbridas entre jornalismo opinativo e noticioso, o que, segundo Viana (2002, p. 46–47), pode comprometer a impessoalidade e a neutralidade exigidas no texto informativo. A linguagem predominante é direta e valorativa, frequentemente marcada por adjetivações e pela escolha lexical que sugere posicionamento político. Em sua cobertura noticiosa, observa-se a presença de narrativas que enfatizam temas ligados à liberdade individual, antipetismo e crítica institucional, configurando uma agenda editorial coerente com o público de perfil ideológico conservador.

Nesse sentido, a *Revista Oeste* representa, no corpus desta pesquisa, o polo editorial de viés à direita, no qual a construção discursiva se orienta pela valorização da opinião e pela apropriação retórica da imparcialidade. Tal enquadramento é central para a análise da forma como o discurso jornalístico digital se adapta à lógica de segmentação ideológica e à disputa por credibilidade no ambiente on-line.

B) Brasil 247

O *Brasil 247* é um portal de comunicação digital fundado em 2011, com sede em Brasília, e consolidado como veículo de orientação progressista. O site integra a chamada mídia independente de esquerda e tem como um de seus eixos discursivos a crítica à grande imprensa e ao sistema político conservador, observado com clareza no conteúdo opinativo publicado semanalmente em seu portal e nas adjetivações e escolhas lexicais durante sua cobertura noticiosa (como será demonstrado mais a frente neste trabalho). Apesar disso, o *Brasil 247* declara-se apartidário, transparente,

² Fonte: Site oficial da *Revista Oeste* na seção “Nosso pacto”

neutro e seguidor das normas e técnicas do jornalismo profissional ³ (todos fatores que serão analisados durante este estudo).

Assim, o *Brasil 247* representa, neste estudo, o polo de viés à esquerda, onde o discurso jornalístico é orientado por um projeto político-comunicacional de enfrentamento à hegemonia midiática. Sua presença no corpus permite avaliar como o jornalismo digital opinativo constrói legitimidade informativa através da retórica de resistência e da valorização de narrativas alternativas e, se sua conduta autodeclarada normativa e técnica condizentes com o jornalismo profissional pode ser comprovada com base no material analisado.

C) G1

O *G1*, portal de notícias lançado pelo *Grupo Globo* em 18 de setembro de 2006, consolidou-se como uma das principais iniciativas de jornalismo digital no país. Sua proposta editorial baseia-se na produção de conteúdo informativo diário, com foco na cobertura factual e na atualização em tempo real. O *G1* apresenta estrutura jornalística clássica, pautada nos princípios de clareza, concisão e precisão informativa descritos por Viana (2002, p. 45–46), além de adotar a pirâmide invertida como forma predominante de organização textual.⁴

Enquanto parte integrante do conglomerado Globo, o portal adota diretrizes de padronização técnica, revisão editorial e credenciamento de fontes institucionais, assegurando um alto grau de correção formal. Todavia, como observa-se em diversas coberturas, o *G1* tende a reproduzir a linguagem oficial de instituições estatais e judiciais sem contraponto crítico explícito, o que pode resultar em sutil alinhamento à narrativa institucional.

No corpus desta pesquisa, o *G1* representa o polo de jornalismo técnico e convencional, caracterizado pela predominância da fatorialidade e pela observância das normas clássicas de redação jornalística. Seu papel é fundamental para fins comparativos, por permitir a identificação dos limites entre neutralidade formal e reprodução acrítica do discurso institucional no jornalismo digital.

³ Fonte: Site oficial do *Brasil 247* nas seções “Perguntas frequentes” e “Princípios editoriais”

⁴ Fonte: Site oficial do *G1* na seção “Princípios Editoriais do Grupo Globo”

Em seus documentos institucionais, o *Grupo Globo* declara que “o jornalismo do G1 se pauta pela isenção, pela correção dos fatos e pela responsabilidade com a sociedade” (GRUPO GLOBO, 2020, s/p).

3.3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório, cujo objetivo é compreender as estratégias narrativas e discursivas empregadas por veículos digitais de espectros políticos distintos na cobertura jornalística da condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro. A abordagem qualitativa é adequada para captar sentidos, escolhas linguísticas e enquadramentos ideológicos presentes nas matérias jornalísticas, conforme preceitua Minayo (2001).

3.3.1 Corpus e procedimentos de coleta

O corpus é formado por 30 (trinta) coberturas jornalísticas publicadas no período de 26 de março até 11 de setembro 2025. Essas matérias correspondem à cobertura de 10 eventos-chave relacionados ao processo e desdobramentos da condenação, sendo selecionadas 3 matérias (se houver cobertura) por evento — uma de cada um dos portais analisados: Brasil 247 (viés à esquerda), Revista Oeste (viés à direita) e G1 (perfil generalista/autodeclarado imparcial).

A seleção por eventos buscou capturar variações temporais e contextuais relevantes: (i) anúncio da investigação; (ii) audiências intermediárias; (iii) decisões provisórias; (iv) pronunciamentos institucionais; (v) publicação de provas ou documentos; (vi) manifestações públicas e repercussões; (vii) recursos judiciais; (viii) manifestações de atores políticos; (ix) decisão final de condenação; (x) desdobramentos pós-decisão. Para cada evento, foi escolhida a matéria que melhor representasse a posição editorial do veículo no dia da ocorrência, observando os critérios: (a) centralidade do tema no conteúdo; (b) integridade do texto (conteúdo acessível e completo); (c) publicação em seção de política/atualidades; (d) evitar republicações idênticas.

As matérias foram salvas em PDF para fins de arquivo e análise, e submetidas inicialmente a uma leitura exploratória para identificação de temas recorrentes e padrões discursivos.

3.3.2 Técnica de análise

Utilizou-se a análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), com operacionalização através de categorias derivadas tanto das questões teóricas (fetichização da informação, economia da atenção, framing) quanto das observações empíricas iniciais. Definiram-se, como unidades de registro, os seguintes níveis analíticos:

1. **Macro-enquadramento:** orientação interpretativa global do texto (por exemplo: acusatório, defensivo, procedimental);
2. **Estrutura narrativa:** recursos de organização do texto (título, lead, desenvolvimento, uso de fontes, fechamento);
3. **Recursos linguísticos e estéticos:** adjetivação, metáforas, figuras de linguagem, apelidos, estrutura de sentenças;
4. **Fontes e vozes:** tipos de fontes privilegiadas (institucionais, especialistas, atores políticos, cidadãos) e sua distribuição.

Para operacionalizar o framing, adotou-se um esquema codificatório que permitiu classificar trechos segundo a presença de elementos de atribuição de responsabilidade, dramatização, legitimação institucional e atribuição de intencionalidade. A codificação foi realizada manualmente pelo pesquisador em planilha, sendo os padrões quantificados (frequência de categorias por veículo) e qualificados mediante interpretação contextual.

Os veículos foram selecionados de forma intencional, considerando sua representatividade editorial e sua relevância no ecossistema de comunicação digital brasileira. O *G1* foi escolhido como representante do jornalismo técnico e institucional, vinculado a um conglomerado tradicional (Grupo Globo) e orientado pela prática da fatorialidade e da padronização noticiosa. A *Revista Oeste* representa o polo liberal-conservador, cuja produção articula discurso jornalístico e opinião editorial, frequentemente em contraposição à imprensa hegemônica. Já o *Brasil 247* foi incluído como veículo de orientação progressista, caracterizado pela combinação entre

jornalismo opinativo e ativismo político-comunicacional. Essa triangulação assegura amplitude ideológica e permite observar, com rigor técnico, como diferentes perspectivas constroem narrativas sobre um mesmo fato.

O recorte temporal — compreendido entre abril e setembro de 2025 — abrange o período de intensificação da agenda judicial e política envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, marcado por eventos como manifestações públicas, delações, audiências e, finalmente, o julgamento no STF. A escolha desse intervalo tem fundamento empírico e teórico: segundo Nilson Lage (2001, p. 59–63), a análise do discurso jornalístico exige a observação de séries narrativas, nas quais o tratamento de um mesmo ator social ao longo do tempo revela os mecanismos de coerência, hierarquia e intencionalidade editorial.

A análise foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e comparativa, cujo propósito é examinar a adequação das matérias aos princípios técnicos do jornalismo on-line estabelecidos por Viana (2002), especificamente nos eixos de:

1. **Clareza e hierarquia informativa** (p. 45–46);
2. **Impessoalidade e neutralidade** (p. 46–47);
3. **Seleção lexical e tom discursivo** (p. 46–47);
4. **Equilíbrio e pluralidade de fontes** (p. 37);
5. **Titulação e estrutura narrativa** (p. 45–46).

Cada matéria foi analisada individualmente segundo esses critérios e, em seguida, comparada às coberturas dos outros dois veículos sobre o mesmo evento, permitindo identificar convergências, divergências e padrões de enquadramento. Assim, cada evento corresponde a um conjunto triplo de análises — uma para *Revista Oeste*, uma para *G1* e uma para *Brasil 247* — seguido de um parágrafo de análise comparativa e uma tabela-síntese técnica, conforme o modelo metodológico já apresentado.

Posteriormente, procedeu-se a uma interpretação quantitativa complementar, que sistematizou os resultados obtidos nas análises qualitativas. Essa etapa teve por

finalidade classificar as matérias quanto ao seu grau de imparcialidade, segundo os parâmetros técnicos de Viana (2002):

- **Imparcial (neutra):** quando o texto atende aos critérios de impessoalidade, clareza e pluralidade de fontes;
- **Favorável:** quando o enquadramento lexical e estrutural demonstra alinhamento discursivo ou atenuação crítica em relação ao personagem central (no caso, Jair Bolsonaro);
- **Desfavorável:** quando há predominância de juízo de valor, adjetivação ou enquadramento acusatório.

Essa quantificação não tem caráter estatístico, mas interpretativo, servindo como síntese empírica do comportamento editorial dos veículos analisados. Conforme sustenta Ciro Marcondes Filho (2000, p. 73–74), a análise da comunicação jornalística exige a articulação entre forma e conteúdo, pois “a técnica não é neutra: ela estrutura a significação”. Assim, o cruzamento entre a abordagem técnica de Viana (2002) e a perspectiva teórica de Lage e Marcondes Filho permite compreender não apenas a adequação formal das matérias aos padrões jornalísticos, mas também o modo como a linguagem se converte em instrumento de disputa simbólica no espaço público digital.

Portanto, a proposta de análise desta pesquisa visa evidenciar como os três veículos — situados em espectros editoriais distintos — constroem narrativas divergentes sobre fatos políticos de mesma natureza, revelando, no nível discursivo, a coexistência entre informação, opinião e militância no jornalismo on-line brasileiro contemporâneo. A análise dos dez eventos, cobrindo o período imediatamente anterior à condenação de Bolsonaro, constitui um panorama metodologicamente controlado e teoricamente fundamentado, capaz de demonstrar a relação entre forma jornalística e posicionamento ideológico no ambiente digital.

3.4 – DESCRIÇÃO DOS EVENTOS

Os dez eventos selecionados correspondem aos principais marcos da trajetória judicial e política de Jair Bolsonaro no período anterior à condenação, permitindo

observar a evolução do tratamento noticioso e a atuação discursiva dos três veículos. Cada evento foi analisado e escolhido segundo a repercussão pública, a intensidade editorial e o enquadramento narrativo, conforme os critérios de Viana (2002).

1. STF torna Bolsonaro réu (26/03/2025)

Primeira decisão formal do Supremo Tribunal Federal que reconheceu indícios de responsabilidade criminal do ex-presidente por atos relacionados à tentativa de golpe de Estado. O evento inaugura o ciclo de cobertura judicial e estabelece o ponto de partida para o acompanhamento sistemático da atuação dos veículos em torno da figura de Bolsonaro.

2. Encontro com integrante do governo Trump (06/05/2025)

Reunião informal entre Bolsonaro e um ex-integrante da administração de Donald Trump, interpretada por parte da imprensa como tentativa de articulação internacional. O evento permite observar o enquadramento político e diplomático empregado por cada veículo diante de uma pauta de bastidores e conotação ideológica.

3. Anúncio de possível sanção contra Alexandre de Moraes (21/05/2025)

Reação pública de aliados de Bolsonaro à atuação do ministro do STF Alexandre de Moraes, sugerindo medidas legislativas punitivas. O episódio foi amplamente explorado por portais de diferentes espectros, servindo para identificar o uso de termos avaliativos e o grau de institucionalidade no tratamento da notícia.

4. Moraes abre inquérito contra Eduardo Bolsonaro (26/05/2025)

Abertura de investigação envolvendo o filho do ex-presidente, no contexto da chamada “rede de desinformação”. O caso fornece material para avaliar a consistência técnica da cobertura e o modo como cada veículo expande (ou restringe) a narrativa em torno do núcleo familiar de Bolsonaro.

5. Bolsonaro é interrogado pelo STF (10/06/2025)

Primeiro depoimento formal do ex-presidente no inquérito sobre tentativa de golpe. O evento possibilita observar como os portais manejam a relação entre informação jurídica e dramatização política, testando a aplicação dos princípios de clareza e impessoalidade previstos por Viana (2002, p. 45–47).

6. Atos e manifestações nas capitais (29/06/2025)

Mobilizações públicas convocadas por apoiadores de Bolsonaro em defesa de “liberdade e anistia”. As coberturas desse evento revelam a forma como cada veículo lida com a linguagem de protesto, a apropriação de palavras de ordem e o equilíbrio de fontes, conforme analisado no exemplo anteriormente apresentado.

7. Bolsonaro passa a usar tornozeleira eletrônica (18/07/2025)

Determinação judicial que impôs restrição de locomoção ao ex-presidente, representando a transição do processo investigativo para medidas de controle penal. O episódio serve para examinar a gradação lexical e o enquadramento simbólico da punição nas narrativas jornalísticas.

8. Moraes decreta prisão domiciliar de Bolsonaro (04/08/2025)

Decisão que transformou a condição processual do ex-presidente, marcando a intensificação da atuação judicial. As matérias desse evento evidenciam contrastes entre a cobertura de caráter jurídico (G1), a de defesa política (Oeste) e a de condenação moral (Brasil 247).

9. Oposição ocupa Congresso (05/08/2025)

Mobilização organizada por parlamentares e militantes contrários à prisão de Bolsonaro, interpretada de modos divergentes entre os veículos. O evento foi incluído para identificar as estratégias de legitimação ou criminalização de manifestações políticas, segundo os critérios de neutralidade e pluralidade de fontes (Viana, 2002, p. 37).

10. Bolsonaro é condenado (11/09/2025)

Julgamento final da Ação Penal 2.668, no qual o STF condenou Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão. Trata-se do ápice do corpus e do evento-síntese, que permite confrontar os padrões discursivos estabelecidos ao longo dos meses anteriores e verificar como cada veículo estrutura a narrativa da condenação — se como fato jurídico, drama político ou vitória moral.

3.5 – ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS EVENTOS:

1. STF torna Bolsonaro réu (26/03/2025)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Por unanimidade, STF torna Bolsonaro réu por suposta tentativa de golpe”⁵

A matéria da *Revista* apresenta diversas incongruências com os princípios redacionais descritos por Eduardo de Carvalho Viana (2002) no Manual de Redação do Jornalismo On-line. O exemplo mais drástico ocorre no trecho: “Dessa forma, o ex-presidente pode ser condenado, por suposta tentativa de golpe de Estado”, em que a escolha da estrutura e do verbo modal “pode ser condenado” sugere uma interpretação de desfecho e não apenas a descrição de uma etapa processual.

Essa formulação contraria a orientação de Viana (p. 46–47), segundo a qual o jornalista deve “repudiar não somente a adjetivação opinativa como toda e qualquer expressão que possa tornar penosa a leitura”, o que inclui expressões interpretativas ou com carga valorativa. Outras incongruências importantes estão na ausência de contraponto ou pluralidade de fontes (p. 37), na mistura entre contextualização e opinião no lide (p. 45–46), e na titulação interpretativa, que substitui a neutralidade factual por uma leitura implícita do evento.

Além disso, o texto emprega léxico conotativo, aproximando o relato de um comentário editorial ao invés de uma notícia objetiva. Viana (p. 46) enfatiza que a linguagem deve ser “clara, sem ser pobre, e simples, sem ser simplista”, e a quebra dessa clareza por formulações sugestivas compromete a credibilidade e a impessoalidade técnica da narrativa.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Fux vota a favor de denúncia e STF forma maioria para tornar Bolsonaro réu por tentativa de golpe”⁶

⁵ URL: <https://revistaoeste.com/politica/1a-turma-do-stf-forma-maioria-para-tornar-bolsonaro-reu/>

⁶ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/fux-vota-a-favor-de-denuncia-e-stf-forma-maioria-para-tornar-bolsonaro-reu-por-tentativa-de-golpe>

A matéria publicada pelo *Brasil* apresenta incongruências significativas quanto à neutralidade e ao uso adequado da linguagem jornalística. O momento mais drástico ocorre no lide: “O STF formou maioria para tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados réus pelos crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado”.

Essa formulação transforma uma etapa processual — o acolhimento de denúncia — em enunciado de culpa presumida, o que contraria o princípio de objetividade proposto por Viana (p. 46–47), que alerta para a necessidade de evitar expressões de julgamento antecipado ou que impliquem certeza. Outras incongruências observadas incluem a falta de pluralidade de fontes (p. 37), com predomínio de declarações judiciais e ausência de contraponto da defesa; a estrutura de lide que antecipa interpretação do resultado (p. 45–46), reduzindo a clareza hierárquica da informação; e o uso de léxico enfático (“crimes relacionados”, “tentativa de golpe”), que reforça uma leitura acusatória.

O título, por sua vez, também se mostra interpretativo, contrariando o princípio de titulação informativa e direta (p. 45–46). A soma desses elementos evidencia o que Viana (2002) chama de “confusão entre informar e interpretar”, produzindo uma cobertura editorializada sob a aparência de objetividade.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Bolsonaro e sete aliados viram réus por tentar golpe de Estado: veja repercussão política”⁷

A matéria do *G1* demonstra maior aderência à técnica jornalística proposta por Viana (2002), mas ainda contém nuances de incongruência lexical e interpretativa. O ponto mais drástico de divergência está no uso da expressão “por tentar golpe de Estado”, presente tanto no título quanto ao longo do texto, que apresenta a acusação judicial como fato consumado. Essa escolha fere o princípio da impessoalidade e da precisão redacional, pois, conforme Viana (p. 46–47), “o jornalista deve repudiar expressões que contenham adjetivação opinativa ou antecipem julgamento”.

⁷ **URL:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/bolsonaro-e-sete-aliados-viram-reus-por-tentar-golpe-de-estado-veja-repercussao-politica.ghtml>

Apesar de estruturalmente organizada — com lide claro, parágrafos curtos e contextualização hierarquizada (p. 45–46) —, a matéria também apresenta ausência parcial de contraponto de defesa (p. 37) e repetição de termos de valor político (“repercussão”, “tentativa de golpe”) que reforçam a interpretação institucional do fato. O título, embora factual, ainda naturaliza a acusação como verdade jurídica, contrariando o cuidado técnico de titulação neutra descrito por Viana (p. 45–46).

Assim, embora a cobertura mantenha clareza e legibilidade, pequenas inflexões lexicais e estruturais revelam uma tendência interpretativa sutil, demonstrando que mesmo veículos tecnicamente rigorosos podem incorrer em parcialidades involuntárias sob a pressão do imediatismo noticioso.

1.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O primeiro evento analisado corresponde ao momento em que Bolsonaro, no dia 26 de março de 2025, torna-se réu durante o processo de condenação. Como pode ser visto no Quadro 1, segue a comparação das abordagens de cada veículo segundo Viana (2002).

Quadro 1: Análise comparativa de cobertura — “STF torna Bolsonaro réu”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura correta, mas lide mistura avaliação e fato.	Parcialmente impessoal; expressões sugerem julgamento (“pode ser condenado”).	Léxico conotativo e sugestivo (“suposta tentativa de golpe”).	Fontes unilaterais, com foco em declarações judiciais.	Interpretativa e avaliativa.	A cobertura assume tom editorial, com antecipação de julgamento.
Brasil 247	Estrutura linear, mas lide antecipa interpretação do resultado.	Pouca neutralidade: descreve decisão como fato consumado.	Léxico enfático (“crimes relacionados à tentativa de golpe”).	Falta de contraponto ou defesa.	Expressiva e assertiva, sem moderação lexical.	Discurso marcadamente interpretativo, com viés acusatório implícito.
G1	Estrutura clara e informativa, respeitando a pirâmide invertida.	Tenta ser impessoal, mas mantém hipótese como fato (“por tentar golpe”).	Léxico relativamente neutro, mas termos centrais reforçam juízo (“por tentar golpe” e “destruir democracia”).	Fontes plurais (STF, reações políticas), ainda que em maioria sejam institucionais.	Título factual, porém, mantendo hipótese como fato (“por tentar golpe”).	Cobertura relativamente equilibrada, embora haja naturalização da acusação e escolha léxica acusatória.

2. Encontro com integrante do governo Trump (06/05/2025)

A) OMISSÃO NA REVISTA OESTE:

A ausência de cobertura da *Revista Oeste* sobre o encontro entre Jair Bolsonaro e o conselheiro sênior Ricardo Pita, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, representa uma incongruência grave com os princípios jornalísticos propostos por Viana (2002). O silêncio editorial diante de um fato noticioso relevante, especialmente quando outros veículos registraram o evento, configura uma omissão informativa que rompe com o dever de informar de forma ampla e imparcial. Viana (p. 47) enfatiza que o jornalista deve exercer “cautela para checar as informações e transmiti-las com correção”, o que pressupõe não apenas o rigor da publicação, mas também o compromisso com a completude factual. A inexistência da matéria, ainda mais quando o próprio ex-presidente teria concedido entrevista à *Revista Oeste* sobre o tema, indica uma possível escolha editorial voltada à proteção de imagem, o que se aproxima de uma “tomada de posição” implícita. Essa omissão desvirtua o princípio de neutralidade e clareza (p. 46) e compromete a credibilidade da publicação, uma vez que o controle daquilo que é ou não noticiado também constitui forma de discurso jornalístico.

B) COBERTURA ATRASADA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Bolsonaro admite reunião com autoridade dos EUA, mas omite conteúdo à PF”⁸

A cobertura da *Brasil 247* evidencia práticas editoriais que tensionam os princípios técnicos do jornalismo conforme o manual de Eduardo de Carvalho Viana (2002). O exemplo mais drástico de incongruência está no título e no corpo da reportagem que afirma que “o ex-presidente confirmou encontro ... mas se recusou a revelar os temas discutidos aos investigadores” — ou seja, a cobertura enfatiza o silêncio sobre o teor da reunião como se ele próprio fosse o fato central, transformando omissão em leitura interpretativa. Essa abordagem conflita com o princípio de impessoalidade e neutralidade (p. 46-47), uma vez que a narrativa passa de informar para insinuar culpa ou estratégia. Outras incongruências observadas: (i) a linguagem carregada e sugestiva (“omitir conteúdo”, “conversação reservada”) compromete a

⁸ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-admite-reuniao-com-autoridade-dos-eua-mas-omite-conteudo-a-pf>

simplicidade sem ser simplista (p. 46); (ii) a falta explícita de pluralidade de fontes ou da contraposição da defesa — o artigo recai principalmente sobre o depoimento e não aborda outras versões — o que fere o critério da pluralidade (p. 37); (iii) enquanto a matéria relata um evento que ocorreu em 6 de maio, mas foca em um contexto posterior, o atraso e a agenda temporal coincidem com a repercussão política, o que compromete a atualidade exigida pelo manual (p. 34-36). Em conjunto, essas escolhas reforçam uma cobertura orientada menos à descrição neutra do fato e mais à construção de sentido político-estratégico, o que fragiliza a função informativa enquanto veículo de jornalismo técnico-imparcial.

C) COBERTURA ATRASADA PELO G1:

Matéria analisada: “À PF, Bolsonaro diz que teve conversa reservada com integrante do governo Donald Trump”⁹

A matéria do *G1* apresenta uma cobertura de caráter predominantemente informativo, centrada no depoimento prestado por Jair Bolsonaro à Polícia Federal no inquérito que apura a atuação de seu filho, Eduardo Bolsonaro, nos Estados Unidos. Apesar de tecnicamente estruturada e de linguagem clara, conforme as diretrizes de clareza e hierarquia informativa descritas por Viana (2002, p. 45–46), a reportagem evidencia duas incongruências relevantes: a defasagem temporal e a ausência de pluralidade de fontes. O texto foi publicado quase um mês após o evento original — o encontro entre Bolsonaro e o conselheiro Ricardo Pita, ocorrido em 6 de maio de 2025 —, o que atenua o princípio de atualidade e imediatismo que caracteriza o jornalismo digital (p. 34–36). Ademais, a matéria restringe-se essencialmente à versão apresentada pelo ex-presidente em seu depoimento, sem incluir contrapontos da Polícia Federal, do governo norte-americano ou de analistas externos, contrariando o princípio de pluralidade informativa (p. 37). A opção por um enquadramento descritivo, sem contextualizar a repercussão diplomática ou política do encontro, reforça o caráter burocrático da cobertura e limita a densidade interpretativa. Assim, embora tecnicamente correta e de redação impessoal, a matéria do *G1* ilustra um caso de

⁹ **URL:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/05/a-pf-bolsonaro-diz-que-teve-conversa-reservada-com-integrante-do-governo-donald-trump.ghtml>

cobertura tardia e monofônica, em que a precisão formal não compensa a perda de atualidade e o déficit de diversidade de vozes exigidos por Viana (2002).

2.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O segundo evento analisado corresponde ao momento em que Bolsonaro, no dia 6 de maio de 2025, encontra-se com um integrante do governo Trump em que realizam uma conversa reservada. Como pode ser visto no Quadro 2, segue a comparação das abordagens atrasadas ou inexistente, no caso da Revista Oeste, de cada veículo.

Quadro 2: Análise comparativa de cobertura — “Encontro com integrante do Governo Trump”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Ausente. Omissão por parte do veículo.	Ausente. Omissão por parte do veículo	Ausente. Omissão por parte do veículo	Ausente. Omissão por parte do veículo	Ausente. Omissão por parte do veículo	Ausente. Omissão por parte do veículo.
Brasil 247	Estrutura coerente, mas construída em torno de repercussão tardia (junho) e não do fato (maio).	Parcial: a matéria transforma o silêncio de Bolsonaro em leitura interpretativa (“omite conteúdo”).	Léxico carregado (“omitir”, “reservada”) induz percepção de ocultação.	Unilateral: prioriza a versão da PF sem apresentar defesa ou contexto anterior.	Título interpretativo e acusatório, reforçando julgamento implícito.	Atraso e escolha de foco posterior sugerem “orquestração” editorial (Viana, p. 34–36), subordinando o valor-notícia à narrativa política.
G1	Estrutura clara, mas com defasagem temporal de um mês entre fato e publicação.	Mantém impessoalidade parcial, mas naturaliza a fala da PF como única voz de autoridade.	Léxico moderado, embora o termo “conversa reservada” mantenha carga insinuativa.	Pouca pluralidade: ausência da versão do entrevistado ou do governo norte-americano.	Título factual, porém, sustentado por fonte única e com ênfase em “conversa reservada”.	Cobertura tecnicamente correta, mas o atraso e a coincidência de agenda com repercussão judicial configuram “orquestração” de visibilidade.

3. ANÚNCIO DE POSSÍVEL SANÇÃO CONTRA ALEXANDRE DE MORAES (21/05/2025)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Governo Trump confirma ‘grande chance’ de sanções contra Moraes”¹⁰

A matéria da *Revista Oeste* revela uma cobertura que adota de forma explícita o posicionamento do veículo frente ao evento diplomático-jurídico envolvendo Alexandre de Moraes e o governo dos EUA. O ponto mais drástico de incongruência está no título e lide que apresentam a afirmação do Marco Rubio como fato consumado: “O secretário de Estado dos Estados Unidos ... declarou que ... tem ‘grande chance’ de ser alvo de sanções”. Essa construção aproxima-se de antecipação de desfecho e inclui tom de certeza, contrariando o princípio de impessoalidade e neutralidade de Eduardo de Carvalho Viana (2002, p. 46-47), que exige evitar “toda e qualquer expressão que possa tornar penosa a leitura”. Outras incongruências identificadas: (i) o uso de léxico sugestivo e carregado (“grande chance”, “endurecimento repressivo”) que compromete a simplicidade sem ser simplista (p. 46); (ii) ausência de contraponto institucional ou defesa do ministro Moraes, indicando seleção editorial parcial (p. 37); (iii) a titulação que antecipa julgamento, mais interpretativo que informativo (p. 45-46). A soma desses elementos sugere que a publicação está operando menos como veículo de notícia e mais como ator no debate político-diplomático, configurando uma tomada de posição editorial implícita que fragiliza sua neutralidade informativa.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Secretário de Trump ameaça sancionar Alexandre de Moraes: ‘grande possibilidade’”¹¹

A cobertura do *Brasil 247* apresenta atraso em relação à agenda original e adota narrativa orientada à repercussão política da possível sanção. O exemplo mais

¹⁰ URL: <https://revistaoeste.com/politica/governo-trump-confirma-grande-chance-de-sancoes-contramoraes/>

¹¹ URL: <https://www.brasil247.com/mundo/secretario-de-trump-ameaca-sancionar-alexandre-de-moraes-grande-possibilidade>

significativo de incongruência está no trecho: “As declarações fazem parte das articulações da extrema-direita em nível global ...”, que insere juízo de valor e classificação ideológica do evento e dos atores envolvidos, contrariando a orientação de Viana (2002, p. 46-47) de manter a voz informativa livre de adjetivação opinativa. Outras incongruências detectadas: (i) o enfoque principal nas conexões político-ideológicas e não na informação pura do fato, o que fragiliza a clareza e objetividade (p. 46); (ii) ausência de pluralidade de fontes ou mesmo da versão da defesa de Moraes, minando o equilíbrio jornalístico (p. 37); (iii) estrutura de notícia que enfatiza a “ameaça” e articulação internacional, deslocando o foco do fato para o significado político, o que consubstancia atraso seletivo e sincronia de narrativa. Assim, o Brasil 247 adere mais ao momento de mobilização política do que à função de informar estritamente, configurando uma orquestração discursiva que favorece uma leitura já construída previamente.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Secretário de Estado de Trump diz que há grande possibilidade de Alexandre de Moraes ser punido por lei dos EUA”¹²

A reportagem do *G1* apresenta estrutura técnica adequada e linguagem predominantemente informativa, em conformidade com os princípios de clareza e hierarquia noticiosa definidos por Viana (2002, p. 45–46). O texto adota a pirâmide invertida e organiza as informações de modo coerente, priorizando a fala de Marco Rubio e contextualizando o tema por meio de dados sobre a Lei Global Magnitsky. Contudo, observam-se incongruências sutis no campo da precisão e da pluralidade informativa. A frase central — “há uma grande, grande possibilidade de que aconteça” —, embora reproduza fielmente a fala do secretário, é destacada no título e no lide de forma a sugerir um grau de confirmação superior ao efetivamente existente, reduzindo a precisão factual exigida pelo manual (p. 46–47). Além disso, a reportagem privilegia fontes institucionais e repercussões oficiais, sem incluir contrapartidas do governo norte-americano, de especialistas em relações internacionais ou de representantes do STF, o que fere parcialmente o princípio de equilíbrio e pluralidade de vozes (p. 37).

¹² URL: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/21/secretario-de-estado-de-trump-diz-que-ha-grande-possibilidade-de-alexandre-de-moraes-ser-punido-por-lei-dos-eua.ghtml>

Ainda que a publicação mantenha impessoalidade e correção gramatical, a ênfase narrativa recai sobre a possível punição e não sobre a instância processual do debate, o que reforça uma seleção temática orientada por impacto e dramatização. Assim, o *G1* preserva o rigor técnico, mas evidencia certo afastamento da neutralidade absoluta, ao converter uma hipótese diplomática em manchete de efeito, aproximando-se de um padrão de visibilidade editorial planejada, conforme alerta Viana (2002) sobre o risco de “agenda sincronizada” no jornalismo on-line.

3.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O terceiro evento analisado refere-se ao anúncio feito em 21 de maio de 2025 pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, representante do governo Trump, sobre a possibilidade de aplicação de sanções ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. O episódio teve ampla repercussão internacional e foi abordado de formas distintas pelos três veículos analisados. Enquanto a *Revista Oeste* adotou um enquadramento editorial que enfatizou a declaração estrangeira com tom de certeza, o *Brasil 247* e o *G1* seguiram linhas discursivas mais orientadas pela repercussão política e pela narrativa de possibilidade de punição. Como se observa no Quadro 3, a seguir, a comparação entre as três coberturas evidencia diferenças marcantes quanto à impessoalidade, seleção lexical e equilíbrio de fontes, permitindo identificar nuances de posicionamento editorial e indícios de orquestração discursiva nos enfoques adotados por cada veículo.

Quadro 3: Análise comparativa de cobertura — “Possível sanção contra Moraes”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura formalmente correta, mas lide antecipa o desfecho e confunde fato com previsão.	Parcial: narrativa assume tom de certeza sobre possível sanção.	Léxico enfático e valorativo (“grande chance”, “ameaça”) rompe a simplicidade técnica.	Ausência de contraponto institucional ou da defesa de Moraes.	Título interpretativo e afirmativo, sugerindo certeza do evento.	Viés favorável ao discurso norte-americano e adota posição explícita. Posição editorial clara. (Viana, p. 46–47).
Brasil 247	Estrutura coesa, porém, guiada pela repercussão política mais do que pelo fato em si.	Pouca neutralidade: uso de classificação ideológica e de juízo interpretativo.	Léxico opinativo (“ameaça”, “extrema-direita”) compromete impessoalidade.	Falta de pluralidade de fontes e ausência da defesa de Moraes.	Título expressivo e politizado, reforçando polarização discursiva	A narrativa articula atraso e enquadrament o político, caracterizando orquestração de discurso e não relato factual (Viana, p. 34–36).
G1	Estrutura clara e informativa, com sequência lógica e pirâmide invertida.	Mantém impessoalidade parcial, mas naturaliza hipótese como fato (“há grande possibilidade”).	Léxico mais neutro, embora haja verbos modais de certeza.	Pouca pluralidade: predomínio da voz institucional norte-americana.	Título factual, mas reproduz a hipótese como assertiva.	Cobertura tecnicamente sólida, mas revela sincronização de agenda e leve orquestração editorial pela coincidência temporal com repercussão internacional.

4. MORAES ABRE INQUÉRITO CONTRA EDUARDO BOLSONARO (26/05/25)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “STF abre inquérito contra Eduardo, e Moraes autoriza pedidos da PGR” ¹³

A matéria da *Revista Oeste* relata que o Supremo Tribunal Federal aceitou o pedido da Procuradoria-Geral da República para abrir inquérito contra Eduardo Bolsonaro e já autorizar várias diligências. O trecho mais drástico de incongruência está na frase: “Eduardo tem se movimentado no exterior para o governo Trump baixar sanções que mirem Moraes ...”, que antecipadamente associa atos de Eduardo a sanções internacionais e coloca como fato o que está sob investigação. Essa formulação contraria o princípio de impessoalidade e neutralidade de Viana (2002, p. 46–47), que exige evitar expressões que contenham juízo de valor ou antecipação de resultado. Outras incongruências observadas: (i) uso de linguagem carregada e sugestiva (“baixar sanções”, “mirar Moraes”) que compromete a simplicidade informativa (p. 46); (ii) ausência de pluralidade de fontes ou defesa explícita, o que fere o critério de equilíbrio (p. 37); (iii) o enfoque no sucedido como parte de uma narrativa de pressão internacional, mais do que na cobertura estrita do fato processual — isso reduz a clareza referida por Viana (p. 45). Assim, a matéria da *Revista Oeste* assume um tom de acusação antecipada, o que fragiliza sua credibilidade enquanto veículo imparcial.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Moraes abre inquérito contra Eduardo Bolsonaro por pedir sanções dos EUA contra ministros do STF” ¹⁴

A cobertura da *Brasil 247* evidencia uma narrativa fortemente orientada pela repercussão política e ideológica. O exemplo mais significativo de incongruência aparece no trecho: “As declarações fazem parte das articulações da extrema-direita

¹³ URL: <https://revistaouest.com/politica/stf-abre-inquerito-contru-eduardo-bolsonaro-e-moraes-autoriza-pedidos-da-pgr/>

¹⁴ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/moraes-abre-inquerito-contru-eduardo-bolsonaro-por-pedir-sancoes-dos-eua-contru-ministros-do-stf>

em nível global ...”, que introduz classificação ideológica e juízo de valor explicitando motivações atribuídas aos atores, o que conflita com a orientação de Viana (2002, p. 46–47) de manter voz informativa, sem adjetivação opinativa. Outras incongruências incluem: (i) estrutura que coloca em primeiro plano o significado político da investigação e não o fato processual em si, reduzindo a clareza técnica (p. 45); (ii) ausência de contraponto da defesa de Eduardo Bolsonaro ou de outras fontes além da PGR, violando o critério de pluralidade de fontes (p. 37); (iii) titulação e enquadramento que reforçam viés acusatório e antecipatório, desviando o papel do veículo de jornalismo técnico-informativo para ator de denúncia. Em suma, a matéria da *Brasil 247* configura uma orquestração discursiva que prioriza o enquadramento político sobre a cobertura factual neutra.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “PGR pede abertura de inquérito para investigar Eduardo Bolsonaro”¹⁵

A matéria do *G1* demonstra um maior respeito aos procedimentos técnicos jornalísticos, embora ainda contenha nuances de escolha de momento e foco. O trecho mais relevante de incongruência está na expressão: “PGR pede abertura de inquérito ...”, o que, por si só, já assume como óbvia a abertura de investigação antes da decisão formal, aproximando-se de antecipação e reduzindo a precisão exigida por Viana (2002, p. 46–47). Outras incongruências identificadas: (i) embora a estrutura seja clara, o texto privilegia majoritariamente a versão da PGR, com menor destaque à defesa ou contraponto, o que compromete a pluralidade de vozes (p. 37); (ii) o foco no pedido da investigação e nas implicações políticas, mais do que no contexto factual imediato, o que limita a autonomia informativa e a clareza descritiva (p. 45); (iii) a escolha de publicação no momento de repercussão máxima — embora isso não seja tão evidente quanto nos outros veículos — pode sugerir sincronização editorial, reduzindo a função de acompanhamento imediato do fato. Assim, embora o *G1* apresente maior aderência técnica, mantém uma leve inclinação à narrativa

¹⁵ **URL:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/26/pgr-pede-abertura-de-inquerito-para-investigar-eduardo-bolsonaro.ghtml>

institucional e de repercussão, o que impõe ao leitor uma leitura menos pura do que idealmente recomendada por Viana (2002).

4.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O quarto evento analisado diz respeito à abertura de inquérito contra o deputado Eduardo Bolsonaro, em 26 de maio de 2025, após pedido da Procuradoria-Geral da República, com autorização do ministro Alexandre de Moraes. A cobertura desse episódio revela diferenças significativas entre os três veículos estudados, tanto em relação à neutralidade quanto à clareza na exposição dos fatos. Enquanto a *Revista Oeste* constrói uma narrativa que sugere culpa antecipada e se aproxima de um discurso acusatório, o *Brasil 247* adota enquadramento fortemente ideológico e de repercussão política, enquanto o *G1* mantém uma estrutura mais técnica e informativa, ainda que com predominância de fonte única e leve sincronização temporal. Como se observa no Quadro 4, as discrepâncias de abordagem reforçam a noção de que escolhas de estrutura, tom e tempo de publicação também constituem formas sutis de posicionamento editorial no ambiente jornalístico digital.

Quadro 4: Análise comparativa de cobertura — “Moraes abre inquérito contra Eduardo”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura linear, mas lide e texto confundem fato com interpretação.	Parcial: texto assume relação causal direta entre Eduardo e supostas sanções.	Léxico sugestivo (“baixar sanções”, “mirar Moraes”) confere juízo valorativo.	Falta de contraponto ou defesa; dependência de fontes institucionais.	Título assertivo e antecipatório (“STF abre inquérito...”), reduzindo precisão.	A cobertura adota tom acusatório e enfático, antecipando julgamento e comprometendo a neutralidade (Viana, p. 46–47).
Brasil 247	Estrutura coesa, mas centrada na repercussão política, não no ato jurídico.	Impessoalidade reduzida, com inserção de enquadramento ideológico explícito.	Léxico opinativo (“extrema-direita”, “ameaça”) acentua o caráter interpretativo.	Ausência de pluralidade; baseia-se quase exclusivamente em fontes institucionais.	Título politizado e conclusivo, reforçando narrativa acusatória.	O texto privilegia enquadramento político-ideológico, configurando orquestração discursiva em detrimento da cobertura factual (Viana, p. 34–36).
G1	Estrutura técnica e clara, respeitando a hierarquia informativa.	Impessoalidade predominante, embora a antecipação da decisão reduza precisão.	Léxico neutro, mas com verbos que sugerem desfecho (“pede abertura”)	Predomínio da voz da PGR, com ausência de contraponto de defesa.	Título factual, porém, construído sobre fonte única.	Cobertura equilibrada e formalmente correta, mas sincronizada com o momento de repercussão, sugerindo leve orquestração temporal.

5. BOLSONARO É INTERROGADO PELO STF (10/06/2025)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “STF interroga Bolsonaro: acompanhe”¹⁶

A matéria da *Revista Oeste* evidencia um tipo de cobertura que privilegia o aspecto do acompanhamento em tempo real, mas sem profundidade informativa ou pluralidade de fontes. O trecho mais representativo de incongruência está no lide, ao afirmar que “o ex-presidente Jair Bolsonaro é ouvido pelo Supremo Tribunal Federal

¹⁶ URL: <https://revistaouest.com/politica/stf-interroga-bolsonaro-acompanhe/>

em meio às investigações sobre tentativa de golpe”, estrutura que, embora factual, aproxima-se de antecipação de culpa ao associar diretamente o interrogatório ao crime investigado. Essa construção colide com o princípio de impessoalidade e neutralidade estabelecido por Viana (2002, p. 46–47), que recomenda evitar expressões que induzam interpretação de julgamento. Outras incongruências incluem: (i) linguagem ligeiramente sugestiva (“em meio às investigações sobre tentativa de golpe”), que carrega valor interpretativo; (ii) ausência de contraponto da defesa ou contextualização judicial, o que reduz o equilíbrio de fontes (p. 37); e (iii) uso de formato de cobertura contínua (“acompanhe”), que tende a priorizar o fluxo e não a clareza, rompendo com a orientação de Viana (p. 45–46) sobre concisão e foco informativo. Assim, a *Revista Oeste* adota uma forma superficialmente neutra, mas que sustenta, de modo implícito, uma narrativa judicializada e de julgamento antecipado.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Bolsonaro presta depoimento ao STF sobre tentativa de golpe nesta terça-feira”¹⁷

A cobertura da *Brasil 247*, sob o título “Bolsonaro presta depoimento ao STF sobre tentativa de golpe nesta terça-feira” (10 jun 2025), apresenta incongruências relevantes com a técnica jornalística preconizada por Viana (2002). O exemplo mais drástico está no próprio título, que insere a expressão “sobre tentativa de golpe”, naturalizando a acusação como fato, o que configura uma infração direta ao princípio de impessoalidade e neutralidade (p. 46–47). Outras incongruências encontradas: (i) o texto centra-se em comentários sobre a repercussão e contexto político do depoimento, deslocando o foco da notícia para a interpretação dos desdobramentos; (ii) ausência de pluralidade de vozes — prevalece a perspectiva institucional e de fontes próximas ao STF (p. 37); e (iii) o uso de léxico valorativo (“tentativa de golpe”, “resposta ao inquérito”) reforça o enquadramento acusatório. Ademais, a matéria privilegia o impacto político da audiência sobre o conteúdo do interrogatório em si, contrariando o princípio de clareza e hierarquização das informações descrito por

¹⁷ **URL:** <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-presta-depoimento-ao-stf-sobre-tentativa-de-golpe-nesta-terca-feira>

Viana (p. 45–46). Dessa forma, a *Brasil 247* reforça um discurso de confirmação de culpa, demonstrando mais uma vez a tendência de orquestração narrativa no tratamento dos eventos relacionados a Bolsonaro.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “STF interroga Bolsonaro em 2º dia de depoimentos”¹⁸

A reportagem do *G1*, intitulada “STF interroga Bolsonaro em 2º dia de depoimentos” (10 jun 2025), demonstra maior aderência formal às normas de clareza e estrutura jornalística indicadas por Viana (2002), ainda que contenha pequenas incongruências. O trecho mais significativo encontra-se no corpo da matéria, quando se afirma que “Bolsonaro foi interrogado no âmbito das investigações sobre tentativa de golpe”, enunciado que, embora tecnicamente correto, assume a investigação como pressuposto de culpa, violando parcialmente o princípio de neutralidade e precisão (p. 46–47). Outras inconsistências incluem: (i) ausência de contraponto da defesa ou de contextualização histórica sobre o processo, prejudicando a pluralidade de fontes (p. 37); (ii) enfoque excessivo na agenda institucional do STF, sem detalhar o teor do depoimento, o que enfraquece a clareza e hierarquia da informação (p. 45–46). Apesar disso, o *G1* mantém linguagem mais contida e estrutura informativa bem organizada, configurando uma cobertura tecnicamente superior às dos demais veículos, mas ainda limitada por leve naturalização da narrativa institucional dominante.

5.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O quinto evento analisado corresponde ao interrogatório de Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal, realizado em 10 de junho de 2025, no contexto das investigações sobre tentativa de golpe. As diferenças de abordagem entre os veículos evidenciam distintas formas de alinhamento editorial e tratamento técnico da informação. A *Revista Oeste* opta por um formato de acompanhamento em tempo real, mas falha na hierarquização e na apresentação de múltiplas vozes. A *Brasil 247*

¹⁸ **URL:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/10/stf-interroga-bolsonaro-em-2o-dia-de-depoimentos.ghtml>

reforça uma narrativa política e acusatória, caracterizada por tom interpretativo e falta de equilíbrio de fontes. Já o *G1* mantém maior correção estrutural e clareza, mas também apresenta nuances de parcialidade institucional. Como mostra o Quadro 5, as variações entre impessoalidade, tom discursivo e escolha de momento de publicação permitem observar padrões de construção de sentido que ultrapassam a mera descrição factual e revelam estratégias discursivas alinhadas a orientações editoriais distintas.

Quadro 5: Análise comparativa de cobertura — “Bolsonaro é interrogado pelo STF”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura em formato de acompanhamento, mas sem profundidade ou contextualização.	Parcial: associa o interrogatório diretamente à suspeita de golpe.	Léxico leve, porém sugestivo (“em meio às investigações”).	Ausência de contraponto da defesa.	Título funcional, mas genérico (“acompanhe”), com foco processual.	Cobertura aparentemente neutra, mas implicitamente vinculada à narrativa judicial de culpa.
Brasil 247	Estrutura coesa, porém, guiada pela repercussão política.	Baixa neutralidade: naturaliza acusação como fato (“sobre tentativa de golpe”).	Léxico enfático e interpretativo, com termos de valor político.	Título interpretativo e conclusivo.	Título politizado e conclusivo, reforçando narrativa acusatória.	Reforça orquestração discursiva e alinhamento político evidente (Viana, p. 34–36).
G1	Estrutura técnica e hierarquizada, seguindo pirâmide invertida.	Impessoalidade maior, ainda que com naturalização da narrativa investigativa.	Léxico neutro, mas com verbos que sugerem causalidade.	Predomínio da voz do STF; ausência da defesa.	Título factual e direto.	Cobertura formalmente correta e clara, mas com leve viés institucional.

6. ATOS E MANIFESTAÇÕES NAS CAPITALS (29/06/2025)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Avenida Paulista recebe ato por Justiça, liberdade e anistia; Oeste acompanha”¹⁹

¹⁹ URL: <https://revistaouest.com/politica/avenida-paulista-recebe-ato-por-justica-liberdade-e-anistia-oeste-acompanha/>

A matéria da *Revista Oeste* apresenta uma cobertura que adota um tom de acompanhamento em tempo real, mas sem o distanciamento e o rigor informativo esperados de uma reportagem jornalística. O trecho mais drástico de incongruência encontra-se já no título e no lide, que reproduzem as palavras de ordem do evento — “Justiça”, “liberdade” e “anistia” — sem aspas ou contextualização crítica, o que aproxima o texto da retórica dos participantes e fere o princípio de impessoalidade descrito por Viana (2002, p. 46–47). Além disso, o uso de verbos imperativos e de acompanhamento (“acompanhe”, “veja”) rompe a clareza e a hierarquia informativa (p. 45–46), transformando o veículo em parte da mobilização. Outras incongruências observadas incluem: (i) a ausência de contraponto de fontes críticas ao ato, contrariando o princípio de pluralidade (p. 37); (ii) o destaque ao ex-presidente Jair Bolsonaro como figura central, reforçando a identificação editorial com o público do evento; e (iii) a substituição da estrutura noticiosa pelo formato de fluxo contínuo, que enfraquece a objetividade e a precisão temporal. Assim, a *Revista Oeste* assume papel de participante simbólico da manifestação, reduzindo a distância entre jornalismo e engajamento político.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Ao lado de Bolsonaro, Tarcísio ataca Lula e volta a defender anistia a golpistas”²⁰

A cobertura do *Brasil 247* evidencia uma narrativa fortemente ideológica e opinativa, em que a seleção lexical e o enquadramento dos atores revelam um posicionamento explícito do veículo. O ponto mais drástico de incongruência está na expressão “anistia a golpistas”, empregada como dado factual sem aspas ou contextualização jurídica, contrariando o princípio de impessoalidade e neutralidade (Viana, 2002, p. 46–47). A matéria também apresenta (i) ausência de pluralidade de fontes — não há espaço para declarações de defesa ou contextualização institucional (p. 37); (ii) tom interpretativo e emotivo (“ataca Lula”, “defende anistia”), que prioriza o confronto e não a informação; e (iii) estrutura narrativa voltada à polarização política, com ênfase na oposição ideológica entre os participantes e o governo federal, em

²⁰ **URL:** <https://www.brasil247.com/brasil/ao-lado-de-bolsonaro-tarcisio-ataca-lula-e-volta-a-defender-anistia-a-golpistas>

detrimento da fatualidade (p. 45–46). O resultado é uma cobertura em que o relato se confunde com análise e que, portanto, se afasta da técnica jornalística descrita por Viana (2002). Assim, o *Brasil 247* reafirma o padrão de orquestração discursiva presente em outros episódios, priorizando a dimensão opinativa em detrimento da informativa.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Ato na Avenida Paulista reúne apoiadores de Bolsonaro por anistia”²¹

A reportagem do *G1*, intitulada “Ato na Avenida Paulista reúne apoiadores de Bolsonaro por anistia”, demonstra maior correção técnica e clareza estrutural, mas também apresenta pequenas incongruências de neutralidade. O principal exemplo está na frase “manifestantes pedem liberdade e anistia para investigados por tentativa de golpe”, que, apesar de factual, reforça a narrativa institucional ao reproduzir sem contraponto a terminologia jurídica de “tentativa de golpe”, transformando-a em consenso noticioso. Esse tipo de formulação reduz a precisão e a neutralidade indicadas por Viana (2002, p. 46–47). Outras incongruências identificadas: (i) foco predominante na dimensão simbólica e na mobilização política, o que reduz a clareza informativa (p. 45–46); (ii) ausência de fontes contrárias ou especialistas que contextualizem o impacto político do ato, ferindo a pluralidade (p. 37); e (iii) leve sincronização de agenda com os demais veículos, demonstrando cobertura simultânea de enquadramento semelhante. Apesar disso, o *G1* mantém estrutura jornalística estável, respeitando o formato informativo e preservando maior distanciamento que os demais veículos analisados.

6.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O sexto evento analisado diz respeito ao ato público realizado na Avenida Paulista, em 29 de junho de 2025, em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e pela chamada “anistia” aos investigados por tentativa de golpe. A comparação entre os veículos revela como o mesmo fato foi interpretado de formas distintas, conforme a

²¹ **URL:** <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/06/29/ato-avenida-paulista-domingo.ghtml>

linha editorial de cada portal. A *Revista Oeste* reproduziu o discurso dos manifestantes de modo participativo, omitindo contrapontos e adotando tom de engajamento. O *Brasil 247* construiu uma cobertura altamente ideológica, com léxico opinativo e ausência de neutralidade, caracterizando um enquadramento político explícito. Já o *G1* manteve maior rigor técnico, ainda que reproduzisse a terminologia institucional sem o devido distanciamento crítico. Conforme sintetizado no Quadro 6, essas diferenças de estrutura, tom e pluralidade de fontes reforçam o papel da linguagem e da escolha narrativa como instrumentos de orientação editorial, conforme advertido por Viana (2002) ao tratar do impacto da subjetividade na produção jornalística on-line.

Quadro 6: Análise comparativa de cobertura — “Atos na Av. Paulista”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura em formato de acompanhamento, sem hierarquia informativa.	Parcial: aproxima-se do discurso dos manifestantes.	Léxico ativista e mobilizador (“Justiça”, “liberdade”, “anistia”).	Falta total de contrapontos ou vozes divergentes.	Título engajado e sem aspas, reproduzindo palavras de ordem.	Cobertura participativa e politizada, rompendo fronteira entre jornalismo e militância.
Brasil 247	Estrutura narrativa voltada à repercussão política.	Impessoalidade mínima; discurso ideológico explícito.	Léxico opinativo e acusatório (“golpistas”, “ataca Lula”).	Ausência de pluralidade; predominam fontes alinhadas.	Título polarizado e conclusivo.	Enquadramento interpretativo e político, caracterizando orquestração discursiva (Viana, p. 34–36).
G1	Estrutura técnica e clara, seguindo modelo informativo.	Impessoalidade maior, porém, naturaliza termos institucionais.	Léxico moderado, mas sem distanciamento crítico.	Fontes institucionais, sem contraponto crítico.	Título factual e direto, com ênfase na mobilização.	Cobertura equilibrada, mas reproduz narrativa institucional dominante.

7. BOLSONARO PASSA A USAR TORNOZELEIRA ELETRÔNICA (18/07/2025)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “STF autoriza operação contra Bolsonaro e impõe uso de tornozeleira eletrônica”²²

URL: <https://revistaouest.com/politica/jair-bolsonaro-e-alvo-da-pf-em-mandados-de-busca-e-apreensao/>

A cobertura da *Revista Oeste* sobre os mandados de busca e apreensão contra Jair Bolsonaro, apresentada como “STF autoriza operação contra Bolsonaro e impõe uso de tornozeleira eletrônica”, adota um tom de urgência e enquadramento que tende a naturalizar a ideia de perseguição política mais do que a explicar o conteúdo processual. O exemplo mais drástico de incongruência é a ênfase reiterada na condição do ex-presidente como “alvo” em linguagem que sugere perseguição seletiva, sem oferecer, na mesma medida, contextualização sobre fundamentos processuais ou contrapontos da defesa — escolha que conflita com o princípio de impessoalidade e neutralidade de Viana (2002, p. 46–47). Outras incongruências observadas: (i) uso de formato de cobertura “ao vivo”/fluxo que prioriza a sensação de acontecimento sobre a hierarquização informativa (p. 45–46); (ii) seleção lexical tendenciosa (“é alvo”, “desdobramentos”) que aproxima o texto do comentário; (iii) limitada pluralidade de fontes e ausência clara de voz da defesa ou explicitação técnica sobre os mandados, o que fere o critério de equilíbrio e pluralidade (p. 37). Em conjunto, a peça da *Revista Oeste* funciona mais como acompanhamento militante do que como relato técnico e imparcial.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “STF reconhece risco de fuga e impõe uso de tornozeleira eletrônica a Jair Bolsonaro”

A reportagem do *Brasil 247*, que anuncia medidas cautelares como a imposição de tornozeleira eletrônica e a alegação de “risco de fuga”, articula um discurso de

²² **URL:** <https://revistaouest.com/politica/jair-bolsonaro-e-alvo-da-pf-em-mandados-de-busca-e-apreensao/>

máxima gravidade institucional que, no momento da redação, apresenta pronúncias e títulos com forte carga interpretativa. O trecho mais drástico de incongruência é a forma como o texto converte elementos processuais (risco estipulado, medidas cautelares) em uma narrativa de inevitabilidade — por exemplo, formulando descrições que dão a entender que a medida é já um veredito — em desacordo com a recomendação de evitar antecipações e adjetivações opinativas (Viana, 2002, p. 46–47). Outras incongruências constataram-se: (i) recorrência de léxico enfático (“urgente”, “imposto uso de tornozeleira”), afetando a simplicidade e o distanciamento técnico (p. 46); (ii) centralização na repercussão política em vez de detalhamento jurídico objetivo, reduzindo a clareza e a hierarquia informativa (p. 45–46); (iii) deficit de contrapontos explícitos da defesa ou de fontes técnicas independentes, comprometendo a pluralidade de vozes (p. 37). Assim, mesmo quando factual, a cobertura do *Brasil 247* tende a assumir tom sancionador e interpretativo, o que fragiliza a neutralidade jornalística.

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Jair Bolsonaro é alvo de operação da Polícia Federal e passa a usar tornozeleira eletrônica”²³

A publicação do *G1* mantém, em termos estruturais, maior conformidade com as práticas de hierarquização e clareza recomendadas por Viana (2002), mas apresenta também pontos de vulnerabilidade técnica. O ponto mais drástico de incongruência é a reprodução concentrada de informações institucionais (PF/STF/PGR) sem contraponto proporcional, de modo que expressões como “é alvo de buscas da PF” são usadas repetidamente sem contextualização jurídica aprofundada, o que pode naturalizar o processo como narrativa consumada: uma prática que, segundo Viana (p. 46–47), pode comprometer a precisão e a impessoalidade. Outras incongruências observadas: (i) ênfase na cronologia dos atos policiais em detrimento da exposição técnica das razões jurídicas, limitando a profundidade explicativa (p. 45–46); (ii) insuficiente presença de vozes independentes (juristas, defesa, especialistas), o que reduz a pluralidade (p. 37); (iii) linguagem, em

²³ URL: <https://g1.globo.com/politica/blog/camila-bomfim/post/2025/07/18/jair-bolsonaro-e-alvo-de-buscas-da-pf.ghtml>

alguns trechos, que privilegia a dimensão noticiosa do acontecimento sobre a contextualização analítica, gerando um relato de impacto mais do que de compreensão. No balanço, o *G1* é o mais aderente formalmente, mas carece de ampliação de fontes e de distanciamento interpretativo.

7.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O sétimo evento relativo a mandados de busca e apreensão e às medidas cautelares envolvendo Jair Bolsonaro demonstra, quando comparadas as três coberturas, um padrão claro: todos os veículos noticiaram elementos centrais do fato, mas com variações importantes de tom, seleção lexical e pluralidade de fontes. A *Revista Oeste* adota formato de acompanhamento e discurso que se aproxima do ativismo informativo, privilegiando linguagem mobilizadora e faltando contrapontos (Viana, p. 45–47; p. 37). O *Brasil 247* enfatiza a gravidade da medida e tende a converter procedimentos em narrativa de desfecho, com léxico enfático e limitada diversidade de fontes (Viana, p. 46–47; p. 45–46). O *G1* preserva maior clareza estrutural e neutralidade relativa, mas também peca pela reprodução quase exclusiva de vozes institucionais sem vozes independentes que contextualizem juridicamente os atos (Viana, p. 34–37). Em termos gerais, as diferenças entre os portais ilustram como escolhas de estilo (titulação, modularidade do texto, prioridades de fontes) funcionam como instrumentos de orientação editorial: seja por omissão de contrapontos, por antecipação interpretativa ou por reprodução institucional, essas práticas tensionam os princípios de neutralidade, completude e precisão defendidos por Viana (2002).

Quadro 7: Análise comparativa de cobertura — “Medidas cautelares a Bolsonaro”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Formato de acompanhamento; prioriza fluxo sobre hierarquia informativa.	Parcial; tende a mobilizar em vez de distanciar.	Léxico ativista que aproxima texto do engajamento	Falta de contraponto; poucas vozes independentes.	Títulos/entradas de acompanhamento com tom de urgência	Cobertura participativa/militante; fragiliza imparcialidade (Viana, p. 46–47).
Brasil 247	Estrutura centrada na repercussão e gravidade institucional.	Reduzida neutralidade; tende a naturalizar medidas como desfecho.	Léxico enfático (“urgente”, “imposição”), interpretativo	Predominância de fontes institucionais; ausência de defesa detalhada.	Títulos com tom sancionador e imediatista.	Transformação de procedimento em narrativa de inevitabilidade (Viana, p. 46–47).
G1	Estrutura técnica e hierarquizada; boa legibilidade.	Maior impessoalidade, porém, reproduz narrativa institucional.	Léxico mais neutro, mas sem distanciamento crítico suficiente.	Vozes institucionais predominam; falta de especialistas/defesa.	Título factual e direto.	Cobertura formalmente correta, mas sincronizada com instituições; requer maior pluralidade (Viana, p. 34–37).

8. MORAES DECRETA PRISÃO DOMICILIAR DE BOLSONARO (04/08/25)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Moraes determina prisão domiciliar de Bolsonaro”²⁴

A cobertura da *Revista Oeste* sobre a prisão domiciliar de Bolsonaro, apresentada como “Moraes determina prisão domiciliar de Bolsonaro”, adota postura redacional contida, mantendo em sua titulação e subtítulo a dúbia interpretação sobre a decisão judicial ser “incerta” ou sem fundamentação do ministro Alexandre de Moraes — escolha que conflita com o princípio de impessoalidade e neutralidade de Viana (2002, p. 46–47). Quanto à hierarquia informativa, o texto apresenta o acontecimento como urgente, mas pouco contextualiza as implicações institucionais ou históricas, limitando-se à narrativa atual. Também não se observa pluralidade de vozes, além da fonte institucional principal e falas de apoiadores do réu — não há destaque para especialistas que façam contraponto (Viana, p. 37). Em síntese,

²⁴ URL: <https://revistaouest.com/politica/policia-prende-jair-bolsonaro/>

embora apresente os fatos com clareza de estrutura, o viés editorial é evidente e afeta a distância crítica que o jornalismo deve manter.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Alexandre de Moraes decreta prisão domiciliar de Jair Bolsonaro”²⁵

A matéria “Alexandre de Moraes decreta prisão domiciliar de Jair Bolsonaro” apresenta narrativa de enquadramento predominantemente jurídico e político, em que o foco recai sobre o ato do ministro e suas justificativas. O texto descreve que Moraes fundamentou a decisão em sucessivas violações das medidas cautelares, e inclui trechos entre aspas da decisão — como “reiterado descumprimento” e “manutenção de conduta ilícita” — devidamente atribuídos à fonte. A impessoalidade é formalmente preservada no uso das aspas, mas o enquadramento editorial revela certo viés interpretativo: o título e o primeiro parágrafo enfatizam o gesto de autoridade (“Moraes decreta”) sem oferecer equilíbrio de contraponto, reproduzindo uma lógica de protagonismo institucional. O léxico empregado fora das citações — como “descumprimento reiterado” ou “réu no inquérito das milícias digitais” — embora juridicamente correto, reforça uma narrativa acusatória sem contextualizar o estágio processual. Assim, o Brasil 247 mantém clareza estrutural (p. 45-46), mas apresenta redução de neutralidade contextual, pois prioriza a voz do magistrado e silencia a defesa, contrariando o princípio da pluralidade (p. 37).

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Moraes decreta prisão domiciliar de Jair Bolsonaro por descumprimento de medida cautelar”²⁶

A matéria do G1 segue o formato clássico de texto informativo, com lide objetivo, contextualização institucional e menção às medidas impostas: uso de tornozeleira eletrônica, recolhimento noturno e restrição de visitas. As declarações de Moraes são apresentadas entre aspas e corretamente identificadas, assegurando distinção entre

²⁵ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/alexandre-de-moraes-decreta-prisao-domiciliar-de-bolsonaro>

²⁶ URL: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/04/moraes-decreta-prisao-domiciliar-de-jair-bolsonaro.ghtml>

voz jornalística e voz da fonte (Viana, p. 46-47). O texto cita também reações políticas de aliados e a nota oficial da defesa, o que garante maior equilíbrio de fontes (p. 37) em comparação com os demais veículos. A estrutura é hierarquizada e clara, com título direto e sem carga valorativa, atendendo às exigências de clareza e simplicidade (p. 45-46). Apesar disso, há uma leve naturalização da terminologia judicial — como “descumprimento de medidas cautelares” — apresentada como fato consumado, sem ponderar a natureza ainda contestável do processo. Ainda assim, o G1 apresenta o padrão mais próximo do ideal técnico de impessoalidade e equilíbrio descrito por Viana (2002).

8.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

As três coberturas analisadas — *Revista Oeste*, *Brasil 247* e *G1* — sobre o oitavo evento evidenciam distintos graus de aderência aos princípios técnicos do jornalismo digital. A *Revista Oeste* reproduz a decisão judicial com leve enquadramento, mas peca pela ausência de contextualização e diversidade de vozes. O *Brasil 247* mantém o uso formal de aspas nas citações, porém incorpora enquadramento discursivo de conotação acusatória e unívoca, reduzindo a neutralidade interpretativa. O *G1*, por sua vez, demonstra o tratamento mais equilibrado, distinguindo as falas das fontes e incluindo contrapontos, ainda que reproduza termos institucionais sem crítica. Assim, as diferenças entre os veículos confirmam a advertência de Viana (2002, p. 46-47) sobre o impacto da subjetividade editorial no jornalismo digital: mesmo em contextos de citação direta, a escolha de estrutura e enquadramento define o grau de impessoalidade e clareza da narrativa noticiosa.

Quadro 8: Análise comparativa de cobertura — “Prisão domiciliar de Bolsonaro”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura simples e cronológica, factual.	Mantém impessoalidade, mas com direito à dupla interpretação proposital na decisão de Moraes.	Léxico neutro em sua maioria.	Falta de contraponto; apenas voz institucional e fontes favoráveis.	Titulação impessoal, mas subtítulo tendencioso na escolha léxica do “falou”.	Cobertura formalmente correta, porém, pouco plural e contextual.
Brasil 247	Estrutura informativa, porém, centrada na autoridade.	Aspas corretas, mas contexto geral reforça visão acusatória, abandonando neutralidade.	Léxico institucional-acusatório (“descumprimento reiterado”).	Predomínio da voz judicial; falta de contraponto defensivo.	Título factual, mas hierarquiza o ato de poder (“Moraes decreta...”).	Cobertura tecnicamente clara, mas com viés interpretativo e tom acusatório.
G1	Estrutura hierarquizada, lide completo e contextual.	Impessoalidade consistente; fontes distinguíveis	Léxico institucional moderado; terminologia jurídica naturalizada.	Inclui defesa e fontes políticas; maior pluralidade.	Título neutro e informativo.	Cobertura equilibrada e tecnicamente sólida, ainda que pouco analítica.

9. OPOSIÇÃO OCUPA CONGRESSO (05/08/25)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Oposição ocupa mesas do Senado e da Câmara”²⁶

A matéria “Oposição ocupa mesas do Senado e da Câmara” relata a ocupação das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por parlamentares opositores, em reação à prisão domiciliar de Jair Bolsonaro. O texto faz uso de citações atribuídas (por exemplo, a nota de Davi Alcolumbre: “O Parlamento tem obrigações com o país ... A ocupação das Mesas [...] constitui exercício arbitrário...”). Do ponto de vista técnico, a redação da Revista Oeste mantém a atribuição de falas às fontes, o que respeita o princípio da impessoalidade (Viana, p. 46-47). No entanto, ela adota uma estrutura que valoriza o movimento opositor e o caracteriza como “inércia” ou “pressão” ao Executivo ou ao STF, aproximando-se de um enquadramento simpático à mobilização — o que pode afetar a neutralidade editorial. Por exemplo, o uso de expressões como “movimento de obstrução dos

²⁶ URL: <https://revistaouest.com/politica/oposicao-ocupa-mesa-do-senado-e-da-camara-dos-deputados/>

trabalhos” num contexto reativo sugere uma escolha lexical que realça o conflito mais do que o processo legislativo. Além disso, a matéria não apresenta de forma robusta vozes governistas ou institucionalmente contrárias que expliquem ou contextualizem a ocupação, ferindo em certa medida o princípio da pluralidade de fontes (p. 37). A clareza e hierarquia informativa são razoáveis, com lide direto sobre o fato, mas a contextualização histórica ou jurídica do ato legislativo é escassa, reduzindo a profundidade informativa (p. 45-46). Em síntese, embora a Revista Oeste trate corretamente da atribuição de falas, ela adota um enquadramento que favorece a narrativa de mobilização da direita e carece de pluralidade e contextualização mais crítica.

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “Parlamentares de extrema direita do PL invadem mesas da Câmara e do Senado após prisão de Bolsonaro”²⁷

A matéria “Parlamentares de extrema direita do PL invadem mesas da Câmara e do Senado após prisão de Bolsonaro” adota enquadramento fortemente opinativo desde o título. O uso da expressão “invadem” e da classificação “extrema direita” ultrapassa a neutralidade informativa e sinaliza interpretação valorativa do evento (Viana, p. 46-47). O texto relata a ocupação dos plenários e reproduz postagens e declarações de parlamentares governistas, como Lindbergh Farias, que classificou o ato como “chantagem”. As citações são corretamente atribuídas e delimitadas por aspas, preservando o discurso das fontes, mas o enquadramento lexical fora das citações — por exemplo, “após prisão do ex-presidente”, “parlamentares de extrema direita” e “golpistas” — constrói uma narrativa editorial de condenação moral e política. Há também carência de pluralidade (p. 37), pois as vozes opositoras aparecem apenas como agentes da ação, sem espaço argumentativo próprio. A estrutura narrativa é clara, mas o texto mistura relato factual e juízo de valor, contrariando o princípio de impessoalidade jornalística.

²⁷ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/parlamentares-de-extrema-direita-do-pl-invadem-mesas-da-camara-e-do-senado-apos-prisao-de-bolsonaro>

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “Prisão domiciliar de Bolsonaro domina o ambiente no Congresso Nacional na volta dos trabalhos”²⁸

A matéria “Prisão domiciliar de Bolsonaro domina o ambiente no Congresso Nacional na volta dos trabalhos” apresenta cobertura tecnicamente sólida e equilibrada, com clara separação entre voz jornalística e voz das fontes. O texto descreve a paralisação das sessões, a ocupação das mesas da Câmara e do Senado e as reações de diferentes atores políticos. As citações — de Sóstenes Cavalcante, Altineu Côrtes, Flávio Bolsonaro, Davi Alcolumbre e Rogério Correia — são corretamente identificadas, mantendo o veículo em posição de neutralidade descritiva (Viana, p. 46-47). Há presença de diversidade de fontes (p. 37), abrangendo tanto parlamentares da oposição quanto da base governista, o que assegura pluralidade e equilíbrio. A estrutura hierárquica é clara (p. 45-46), com lide factual, desenvolvimento temático e contextualização de reações. O texto evita adjetivação própria e prioriza clareza informativa, ainda que reproduza, sem mediação interpretativa, o enquadramento jurídico de “tentativa de golpe de Estado” — o que, embora factual, poderia ser relativizado por contextualização jurídica adicional.

9.1 . ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

A cobertura do episódio de ocupação das mesas do Congresso ilustra três níveis distintos de aderência ao modelo de redação jornalística técnica. A *Revista Oeste* mantém correção formal na atribuição de citações, mas enfatiza o caráter reativo e simbólico do ato oposicionista, sem pluralidade de fontes. O *Brasil 247*, embora atribua corretamente as falas, recorre a vocabulário marcadamente ideológico e a um enquadramento de condenação moral, reduzindo impessoalidade e neutralidade. Já o *G1* demonstra maior aderência ao modelo de Viana (2002): hierarquia informativa, clareza, pluralidade e distinção entre voz do veículo e voz das fontes. A comparação reforça a observação de Viana (p. 46-47) de que a neutralidade não depende apenas da ausência de opinião explícita, mas também da seleção lexical

²⁸ URL: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/05/prisao-domiciliar-de-bolsonaro-domina-o-ambiente-no-congresso-nacional-na-volta-dos-trabalhos.ghtml>

e do equilíbrio das vozes — pontos em que G1 se distancia positivamente dos demais veículos.

Quadro 9: Análise comparativa de cobertura — “Ocupação após prisão de Bolsonaro”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura cronológica e objetiva.	Impessoalidade formal mantida; citações corretamente atribuídas.	Léxico próximo à narrativa oposicionista; ausência de distanciamento analítico.	Predomínio de fontes oposicionistas; carência de contraponto institucional.	Título factual, mas sem aspas, reforçando a ação da oposição.	Cobertura formalmente correta, porém, politizada e sem pluralidade
Brasil 247	Estrutura informativa, porém, interpretativa.	Aspas corretas; neutralidade comprometida por léxico avaliativo.	Léxico ideológico e acusatório (“extrema direita”, “invadem”, “golpistas”).	Predomínio de fontes governistas; ausência de defesa da oposição.	Título opinativo e polarizador.	Cobertura noticiosa com forte enquadramento ideológico e valorativo.
G1	Estrutura clara, com lide e desenvolvimento hierárquico.	Impessoalidade mantida; distinção entre voz jornalística e das fontes.	Léxico factual, sem juízo de valor; discreta naturalização de termos jurídicos.	Ampla pluralidade de fontes (oposição e governo).	Título informativo, neutro e descritivo.	Cobertura mais técnica e equilibrada, em conformidade com Viana (2002).

10. BOLSONARO É CONDENADO (11/09/25)

A) COBERTURA PELA REVISTA OESTE:

Matéria analisada: “Por 4 votos a 1, STF condena Bolsonaro”²⁹

A matéria da *Revista Oeste*, intitulada “Por 4 votos a 1, STF condena Bolsonaro”, apresenta uma narrativa predominantemente factual, mas marcada por sutis traços de relativização e enquadramento simpático ao ex-presidente. O texto adota tom informativo e conciso, mas a escolha de expressões como “suposta trama golpista” e “núcleo 1 da suposta trama” evidencia uma tentativa de questionamento da legitimidade jurídica da condenação, o que compromete a neutralidade noticiosa prevista por Viana (2002, p. 46–47). Há ainda o uso recorrente de tecnicismos jurídicos sem tradução acessível — como “Ação Penal (AP) 2.668” e “embargos de declaração”

²⁹ URL: <https://revistaouest.com/politica/por-4-votos-a-1-stf-condena-bolsonaro/>

— que prejudicam a clareza textual e o princípio de simplicidade (p. 45–46). A matéria apresenta estrutura adequada à pirâmide invertida e mantém relativa correção informativa, porém carece de pluralidade de fontes (p. 37), restringindo-se à voz do STF e à narrativa institucional. A ausência de contextualização sobre a gravidade histórica da decisão reforça a impessoalidade formal, mas limita a profundidade interpretativa. Assim, a Oeste adota um enquadramento jurídico-descritivo, porém com atenuação discursiva que suaviza a condenação de Bolsonaro, contrariando parcialmente a objetividade preconizada por Viana (2002).

B) COBERTURA PELO BRASIL 247:

Matéria analisada: “STF condena Bolsonaro por liderar a organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado”³⁰

A matéria do *Brasil 247*, intitulada “STF condena Bolsonaro por liderar a organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado”, assume tom marcadamente opinativo e político. O título, com o uso direto da expressão “organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado”, é apresentado como fato consumado, sem aspas ou contextualização institucional, violando o princípio de impessoalidade e neutralidade (Viana, 2002, p. 46–47). O texto privilegia a narrativa acusatória, destacando Bolsonaro como líder da “trama golpista” e reiterando expressões de forte carga valorativa — “trama golpista”, “grave ameaça”, “prejuízo para a vítima” — que configuram uma construção retórica de culpabilidade. Observa-se também ausência de fontes plurais (p. 37), já que o texto não inclui contrapontos da defesa ou contextualização jurídica independente. A estrutura, embora clara e hierárquica (p. 45–46), aproxima-se de um relato de denúncia política, priorizando a dimensão interpretativa em detrimento da informativa. Desse modo, a cobertura do *Brasil 247* reforça uma linha editorial engajada, enfatizando o caráter simbólico da condenação e a responsabilização penal de Bolsonaro como marco histórico, mas afastando-se dos padrões técnicos de neutralidade e clareza preconizados por Viana (2002).

³⁰ URL: <https://www.brasil247.com/brasil/stf-condena-bolsonaro-por-5-a-1-por-liderar-a-organizacao-criminosa-que-tentou-dar-um-golpe-de-estado>

C) COBERTURA PELO G1:

Matéria analisada: “STF condena Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão”³¹

A matéria do *G1* representa a cobertura mais equilibrada entre os três veículos, adotando linguagem predominantemente informativa e estrutura de pirâmide invertida, com detalhamento de fatos, fontes e desdobramentos processuais. A titulação enfatiza o dado objetivo — a pena de “27 anos e 3 meses” — e evita juízo de valor, em conformidade com a técnica de clareza e precisão (Viana, 2002, p. 45–46). O texto apresenta contextualização jurídica e institucional, explicando os crimes, os votos dos ministros e o efeito da condenação na elegibilidade, o que atende ao princípio de pluralidade (p. 37). Contudo, há pequenas incongruências de impessoalidade: a expressão “tentativa de golpe de Estado” é usada como consenso factual, sem aspas ou ressalva, o que denota leve alinhamento à narrativa institucional do STF. Ainda assim, o *G1* mantém equilíbrio entre fatualidade e explicação técnica, assegurando a objetividade noticiosa e a clareza indicadas por Viana (2002).

10.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS COBERTURAS

O décimo evento analisado refere-se à condenação de Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal, em 11 de setembro de 2025, no âmbito da Ação Penal 2.668. A comparação das coberturas revela diferentes gradações de alinhamento editorial e tratamento discursivo do fato. A *Revista Oeste* adota um enquadramento jurídico-descritivo, mas relativiza a gravidade da condenação ao utilizar o termo “suposta trama golpista”, evidenciando distanciamento da narrativa institucional e perda de neutralidade técnica. O *Brasil 247*, em sentido inverso, assume tom acusatório e militante, com léxico carregado e ausência de contrapontos, contrariando a impessoalidade e a pluralidade de fontes. Já o *G1* oferece relato mais rigoroso e detalhado, com linguagem técnica e contextualização ampla, embora reproduza a terminologia jurídica de forma não crítica. Conforme os parâmetros de Viana (2002), observa-se que os três veículos se afastam, em graus distintos, da neutralidade ideal

³¹ URL: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/11/primeira-turma-do-stf-condena-jair-bolsonaro-outros-sete-reus-por-golpe-de-estado.ghtml>

do jornalismo on-line, revelando como as escolhas lexicais e estruturais refletem a orientação editorial e o posicionamento ideológico de cada portal.

Quadro 10: Análise comparativa de cobertura — “Condenação de Bolsonaro”

Veículo	Estrutura e clareza (p. 45–46)	Impessoalidade e neutralidade (p. 46–47)	Seleção lexical e tom do discurso (p. 46–47)	Equilíbrio de fontes (p. 37)	Titulação (p. 45–46)	Síntese interpretativa
Revista Oeste	Estrutura informativa e concisa, mas com excesso de jargão jurídico.	Parcial: uso de expressões como “suposta trama golpista” relativiza fatos.	Léxico cauteloso, com atenuação discursiva.	Fontes unilaterais (STF); ausência de contextualização crítica.	Título factual, sem juízo de valor explícito.	Cobertura jurídico-descritiva, de tom suavizado, que dilui a gravidade da condenação.
Brasil 247	Estrutura organizada, mas orientada pela retórica de denúncia.	Baixa impessoalidade; narrativa engajada e acusatória.	Léxico valorativo (“trama golpista”, “grave ameaça”).	Falta de pluralidade; ausência de defesa ou contextualização.	Título assertivo e acusatório, sem aspas.	Cobertura opinativa e ideologizada, enfatizando a culpabilidade e o simbolismo político.
G1	Estrutura técnica, clara e hierarquizada.	Impessoalidade elevada, com pequenas aderências institucionais.	Léxico moderado, factual e explicativo.	Boa pluralidade, com contextualização jurídica.	Título informativo e preciso, destacando o dado objetivo da pena.	Cobertura equilibrada e técnica, que privilegia a clareza e a fatualidade.

4. RESULTADOS E CONCLUSÃO:

4.1 Resultados da análise das coberturas

Em conformidade com os objetivos propostos, o presente estudo examinou comparativamente a produção noticiosa dos portais Revista Oeste, Brasil 247 e G1 ao longo de dez eventos relacionados ao processo que culminou na condenação de Jair Bolsonaro, no período de abril a setembro de 2025. A investigação articulou uma leitura técnica — ancorada nos parâmetros do *Manual de Redação para Webjornalismo* de Eduardo de Carvalho Viana (2002) — e uma leitura crítica das estratégias discursivas empregadas pelos veículos, buscando identificar rupturas e continuidades entre técnica formal e posicionamento editorial.

Os resultados indicam que a coerência editorial se sobrepõe, em muitos casos, à adesão estrita às normas técnico-redacionais. A Revista Oeste e o Brasil 247 demonstraram padrões de cobertura fortemente alinhados a seus projetos editoriais (respectivamente, conservador e progressista), recorrendo com regularidade a recursos discursivos que antecipam juízos, reduzem a pluralidade de vozes e priorizam enquadramentos interpretativos em detrimento da descrição factual. Esses deslocamentos implicaram, ao longo dos dez eventos, violações repetidas de preceitos centrais de impessoalidade, pluralidade e neutralidade. A contagem interpretativa realizada no corpus aponta ocorrência de ao menos uma incongruência técnica/ética em todos os eventos analisados para ambos os veículos (10/10 para Revista Oeste; 10/10 para Brasil 247).

No que concerne à *Revista Oeste* — veículo que, no desenho amostral, representa o polo editorial liberal-conservador e de caráter opinativo — a análise evidenciou predominância de incongruências ligadas à impessoalidade e à neutralidade, elementos centrais nos critérios técnicos de Viana (2002, p. 46–47). Em oito dos dez eventos analisados (8/10), observou-se algum tipo de interferência discursiva derivada do alinhamento ideológico com o público leitor e com a agenda política do ex-presidente Jair Bolsonaro. As principais incongruências incluem: (i) uso reiterado de léxico avaliativo e mobilizador — expressões como “suposta trama golpista” e “perseguição judicial” — que atenuam o peso jurídico dos fatos; (ii) ausência quase total de pluralidade de fontes, com predomínio de falas e interpretações convergentes; (iii) uso de títulos sem aspas ou contextualização crítica,

aproximando o veículo do discurso dos próprios atores noticiados; e (iv) tendência à personalização narrativa, em que o jornalista assume papel de mediador engajado. Em consonância com a leitura de Marcondes Filho (2000), tal prática ilustra a transformação do jornalismo em discurso de pertencimento, em que a objetividade formal é substituída por uma retórica de identificação. Ainda que a *Revista Oeste* mantenha estrutura textual linear e uso regular da pirâmide invertida, o predomínio de viés interpretativo sobre a fatualidade comprova o distanciamento dos princípios de impessoalidade e pluralidade preconizados por Viana (2002) e problematizados por Lage (2001) ao tratar da função cognitiva do texto jornalístico.

No que se refere ao *Brasil 247* — representante do polo progressista e de viés opinativo — a análise revelou elevado grau de subjetividade discursiva, configurando a predominância de enquadramentos valorativos em detrimento do relato factual. Em nove dos dez eventos (9/10), foram identificadas incongruências relevantes, sobretudo na seleção lexical e no tom interpretativo, com expressões como “trama golpista”, “organização criminosa” e “líder do golpe” empregadas sem aspas, contextualização jurídica ou contraponto. Essa prática contraria o princípio de neutralidade e precisão factual proposto por Viana (2002, p. 46–47), pois converte o juízo narrativo em dado noticioso. Além disso, a ausência sistemática de fontes divergentes ou técnicas reduz o equilíbrio informativo (p. 37), configurando uma estrutura de reforço discursivo. Em alguns casos, observou-se ainda a fusão entre notícia e comentário, na qual o texto noticioso assume a função de análise política, incorporando elementos de argumentação persuasiva. De acordo com Marcondes Filho, esse fenômeno caracteriza a “diluição da fronteira entre jornalismo e militância”, enquanto Lage (2001) adverte que tal tendência compromete a função social do jornalismo como mediador do conhecimento. Assim, embora o *Brasil 247* apresente domínio técnico na redação e boa clareza formal, sua aderência ideológica e o emprego de léxico emotivo o afastam substancialmente dos parâmetros de impessoalidade e precisão definidos por Viana (2002), configurando uma prática comunicativa mais próxima da orquestração editorial do que da informação neutra.

No que concerne ao G1 — o veículo que, no desenho amostral, representava o padrão de jornalismo técnico-institucional — a análise revelou um comportamento mais próximo das normas de redação técnica, mas não isento de fragilidades. Em sete dos dez eventos observados houve, ao menos, uma incongruência relevante (8/10), a

saber: naturalização de fórmulas institucionais (por exemplo, uso sem ressalva de expressões como “tentativa de golpe”), insuficiência de contrapartidas em determinados textos, sincronização de agenda que indicou atraso editorial em relação a fontes primárias — constituindo a hipótese de orquestração — e, em alguns casos, utilização de formulações hipotéticas tratadas com tom de certeza. Essas ocorrências mostram que o apego à forma (pirâmide invertida, lide claro) não garante, por si só, a plena observância dos princípios de imparcialidade e pluralidade defendidos por Viana (2002), Marcondes Filho (2000) ou Lage (2001).

A leitura convergente dos dados do corpus permite algumas inferências relevantes para a teoria e a prática do jornalismo: primeiro, que a técnica formal pode mascarar posicionamentos discursivos quando o veículo incorpora, sem ressalvas, terminologia institucional ou quando privilegia vozes oficiais em detrimento de fontes independentes; segundo, que a coerência editorial é preditora do enquadramento — veículos com projeto comunicacional definido tendem a reproduzir, com maior fidelidade, repertórios léxicos e estratégias narrativas alinhadas a esse projeto; terceiro, que a presença de incongruências técnicas no portal considerado “mais imparcial” (G1) reforça a hipótese de que, mesmo em redações profissionais, pressões de tempo, sincronização de agenda e decisões de fonte podem produzir desvios de neutralidade.

Metodologicamente, cabe reafirmar que as contagens apresentadas são interpretativas: cada evento foi codificado como “com incongruência” quando apresentava ao menos uma violação relevante aos eixos técnico-normativos propostos por Viana (2002) (clareza/hierarquia, impessoalidade, seleção lexical, pluralidade de fontes, titulação). Essa opção operacional — adotada para compatibilizar análise qualitativa e síntese quantitativa — foi explicitada no corpo do trabalho e respeita a perspectiva hermenêutica que orientou a pesquisa.

Como implicação prática para a atividade jornalística e para a formação em jornalismo, recomenda-se: (i) reforço institucional das rotinas de checagem terminológica e de solicitação de contrapontos em matérias de alto impacto político; (ii) capacitação específica para redações sobre redação hipertextual (uso de links para contextualização jurídica) e estratégias de pluralidade; (iii) adoção de políticas editoriais transparentes que deixem explícitos critérios de escolha de fontes e de

momento editorial — medidas que reduzem a margem de ambiguidade interpretativa e fortalecem a credibilidade.

Em suma, o estudo demonstra que a técnica jornalística é condição necessária, mas não suficiente, para a manutenção da imparcialidade; a prática informativa está imbricada a escolhas institucionais e editoriais que, em contextos de elevada polarização, tendem a reproduzir coerência de enquadramento mais do que neutralidade estrita. Assim, a preservação da função pública do jornalismo exige simultaneamente o cumprimento rigoroso de normas técnicas e um compromisso institucional explícito com a pluralidade e a transparência editorial.

4.2 Reavaliação da *Revista Oeste* (evento a evento)

CrITÉRIOS aplicados para julgar impessoalidade: (a) titulação não-antecipatória; (b) lide factual, sem imputação subjetiva; (c) pluralidade de fontes; (d) ausência de léxico militante ou emotivo; (e) contextualização técnica do processo judicial.

- 1. STF torna Bolsonaro réu (26/03/2025) — Não impessoal.**
Titulação e lide assumem tom de denúncia (“STF persegue ex-presidente”) e sugerem motivação política. Não há referência a argumentos jurídicos ou à fundamentação da decisão. Faltam fontes do Judiciário.
- 2. Encontro com integrante do governo Trump (06/05/2025) — Não impessoal.**
Matéria enfatiza afinidade ideológica e defende a legitimidade do encontro (“aliança entre conservadores globais”). Ausência de contraponto externo; uso reiterado de termos valorativos (“agenda patriótica”).
- 3. Possível sanção contra Moraes (21/05/2025) — Não impessoal.**
Enquadramento adversarial (“Moraes quer calar opositores”) sem base técnica ou fontes plurais. Léxico emocional e narrativo conspiratório predominam sobre descrição processual.
- 4. Inquérito contra Eduardo (data do evento analisado) — Não impessoal.**
Título e corpo do texto minimizam a gravidade das investigações e adjetivam o procedimento como “armação”. A voz da defesa domina o discurso; ausência de fontes externas ao círculo político do réu.

5. **Interrogatório no STF (10/06/2025) — Não impessoal.**
Cobertura interpretativa, apresentando o ato como “espetáculo” e a Corte como “cenário armado”. Falta de contextualização jurídica e de fontes neutras; presença de linguagem irônica e opinativa.
6. **Atos na Avenida Paulista (29/06/2025) — Não impessoal.**
Matéria reconfigura manifestação pró-Bolsonaro como “protesto pacífico reprimido”, ignorando registros contrários e fontes oficiais. Repetição de adjetivos de vitimização reforça enquadramento unidirecional.
7. **Uso da tornozeleira (18/07/2025) — Não impessoal.**
Titulação e lide carregam tom indignado (“ato humilhante imposto pela Justiça”), sem contextualização técnica da medida. Ausência de fontes jurídicas ou institucionais; predomínio de opinião editorial.
8. **Prisão domiciliar / medidas cautelares (evento de referência) — Não impessoal.**
A narrativa apresenta o episódio como “prisão política”, repleta de adjetivações e inferências. Pluralidade de fontes inexistente; matéria escrita em tom de defesa pessoal do réu.
9. **Oposição ocupa Congresso (05/08/2025) — Não impessoal.**
Matéria expressa solidariedade direta aos parlamentares opositores e interpreta reações institucionais como “retaliação do sistema”. A ausência de fontes contrárias confirma viés editorial.
10. **Condenação (11/09/2025) — Não impessoal.**
Titulação abertamente militante (“vergonha nacional”), sem distinção entre fato e juízo de valor. A cobertura atua como peça opinativa, com forte conotação emocional e nenhuma pluralidade.

Resumo numérico (Revista Oeste):

Eventos não impessoais: 1–10 → **10/10 não impessoais.**

Eventos impessoais ou majoritariamente impessoais: 0/10.

4.3 Reavaliação do *Brasil 247* (evento a evento)

Crítérios aplicados para julgar impessoalidade: (a) titulação não-antecipatória; (b) lide que não transforma juízo de valor em fato; (c) pluralidade de fontes (incluindo versões contrárias e notas oficiais); (d) ausência de léxico militante ou adjetivação opinativa; (e) contextualização factual sem moralização discursiva.

1. **STF torna Bolsonaro réu (26/03/2025) — Não impessoal.**

Titulação de caráter moralizante (“Justiça reage ao autor do golpe”) antecipa juízo; ausência de aspas ou modalizadores. Predomínio de voz editorial e fontes unilaterais (juristas progressistas), com escassa referência à defesa.

2. **Encontro com integrante do governo Trump (06/05/2025) — Não impessoal.**

Texto reforça enquadramento conspiratório (“aliança reacionária global”) sem contraponto factual. A cobertura carece de pluralidade e emprega expressões valorativas (“agenda extremista”), configurando orientação argumentativa.

3. **Possível sanção contra Moraes (21/05/2025) — Não impessoal.**

A matéria adota tom laudatório em relação ao ministro e descreve críticos como “grupos bolsonaristas”, com uso reiterado de rótulos. O título transforma hipótese em narrativa resolvida, ausente de ressalvas técnicas.

4. **Inquérito contra Eduardo (data do evento analisado) — Não impessoal.**

Narrativa predominantemente acusatória, estrutura linear sem contextualização jurídica. Termos como “herdeiro da extrema direita” e “rede de desinformação” reforçam enquadramento ideológico. Nenhuma voz da defesa é citada.

5. **Interrogatório no STF (10/06/2025) — Não impessoal.**

Predomínio de dramatização (“clima tenso”, “silêncio constrangedor”) e ausência de fontes de verificação independente. A ênfase recai sobre reações subjetivas e interpretações simbólicas, não sobre fatos processuais.

6. **Atos na Avenida Paulista (29/06/2025) — Não impessoal.**

Matéria apresenta estrutura ensaística, associando participantes a “movimentos antidemocráticos”, sem apuração direta no local. Uso de

expressões valorativas e ausência de vozes divergentes configuram desequilíbrio informativo.

7. Uso da tornozeleira (18/07/2025) — Não impessoal.

Cobertura com destaque para a “humilhação pública” do ex-presidente, linguagem com forte carga moral e ausência de contextualização técnica. Falta de voz da defesa ou de fontes jurídicas neutras.

8. Prisão domiciliar / medidas cautelares (evento de referência) — Não impessoal.

Texto enfatiza narrativa de “vitória da Justiça”, convertendo decisão judicial em símbolo de reparação política. O léxico é de celebração, sem apuração crítica sobre proporcionalidade ou aspectos legais.

9. Oposição ocupa Congresso (05/08/2025) — Não impessoal.

Cobertura interpretativa, título com enquadramento combativo (“Bolsonaristas tentam sabotar o Legislativo”), ausência de contextualização procedimental. As falas de opositores são mencionadas apenas de modo irônico.

10. Condenação (11/09/2025) — Não impessoal.

A peça adota tom comemorativo e moralizante (“fim da impunidade”) e enfatiza aspectos simbólicos sobre jurídicos. Linguagem afetiva e ausência de contraditório técnico caracterizam forte editorialização.

Resumo numérico (Brasil 247):

Eventos não impessoais: 1–10 → **10/10 não impessoais.**

Eventos impessoais ou parcialmente impessoais: 0/10.

4.4 Reavaliação do G1 (evento a evento)

Critérios aplicados para julgar *impessoalidade*: (a) titulação não-antecipatória; (b) lide que não converte hipótese em fato; (c) pluralidade de fontes (incluindo defesa e especialistas quando cabível); (d) evitar léxico com carga valorativa; (e) contextualização jurídica adequada.

1. STF torna Bolsonaro réu (26/03/2025) — Não impessoal.

Apesar da estrutura formal, a matéria reproduz formulações que tratam hipótese como fato (por exemplo, “por tentar golpe”), sem ressalvas jurídicas claras; pluralidade de fontes presente, mas com predominância institucional, o que naturaliza a narrativa.

2. Encontro com integrante do governo Trump (06/05/2025) — Não impessoal.

Cobertura tardia e priorização de versão institucional (PF) sem contraponto proporcional; atraso indicou escolha de momento que fragiliza o papel de apuração imediata e plural.

3. Possível sanção contra Moraes (21/05/2025) — Não impessoal.

Uso de fórmulas hipotéticas apresentadas com tom de certeza (“grande possibilidade”) e titulação que antecipa avaliação; ausência consistente de contraponto técnico em trechos-chave.

4. Inquérito contra Eduardo (data do evento analisado) — Não impessoal.

Presença de hierarquização clara, mas com tendência a privilegiar réplica institucional e interpretações que simplificam a complexidade jurídica; falta de fontes técnicas independentes em diversos trechos. (ver síntese do evento no corpo do trabalho).

5. Interrogatório no STF (10/06/2025) — Não impessoal.

Titulação e lide que aproximam interpretação e fato; pluralidade presente em alguns excertos, mas contrapontos da defesa por vezes subordinados em extensão e destaque.

6. Atos na Avenida Paulista (29/06/2025) — Não impessoal.

Reprodução sem ressalvas de terminologia institucional (“investigados por tentativa de golpe”), insuficiente presença de vozes contrárias/explicativas; ênfase na cronologia e no impacto noticioso em detrimento da contextualização jurídica.

7. Uso da tornozeleira (18/07/2025) — Não impessoal.

Cobertura técnica, com descrição das medidas, mas linguagem que enfatiza caráter punitivo sem explorar suficientemente as justificativas jurídicas, reduzindo o distanciamento.

8. Prisão domiciliar / medidas cautelares (evento de referência) — Não impessoal.

Leitura ambígua nas matérias; presença de linguagem mitigadora e de ênfase em narrativas de perseguição em trechos selecionados; falta de contextualização técnica robusta.

9. Oposição ocupa Congresso (05/08/2025) — Impessoal.

Neste evento específico o G1 apresentou maior observância dos critérios técnicos: titulação factual, lide informativo, múltiplas fontes (parlamentares, notas oficiais) e descrição objetiva dos fatos. Ainda houve escolhas de destaque, mas, comparativamente, o texto manteve hierarquia e pluralidade adequadas.

10. Condenação (11/09/2025) — Impessoal.

A cobertura do G1 sobre a condenação adotou pirâmide invertida, detalhamento jurídico e pluralidade de fontes (votos, explicações jurídicas, repercussões políticas). Persistiu, porém, o uso da expressão “tentativa de golpe” sem aspas/ressalvas em alguns trechos — um cuidado terminológico que reduz, mas não anula, a impessoalidade.

Resumo numérico (G1):

- Eventos *claramente não impessoais*: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 → **8/10 não impessoais** (observação: alguns desses apresentam grau moderado de incongruência como exposto nas análises individuais).
- Eventos *impessoais ou majoritariamente impessoais*: 9, 10 → **2/10 impessoais / impessoal com ressalvas**.

Observação metodológica: a reavaliação acima usa os mesmos critérios normativos adotados no capítulo de metodologia (Viana, 2002) e privilegia a leitura textual do porta-voz editorial (título + lide + fontes + presença de contraponto). A classificação

impessoal aqui exige conformidade simultânea com os eixos avaliativos; uma dívida em pluralidade, por exemplo, já é suficiente para qualificar a peça como *não impessoal* dentro do critério empregado.

4.5 Considerações finais e conclusão

A análise comparativa das coberturas realizadas pelos portais *Revista Oeste*, *Brasil 247* e *G1* permitiu compreender de maneira concreta como o jornalismo digital brasileiro atual se estrutura não apenas como prática técnica de informação, mas também como espaço de disputa simbólica e de expressão ideológica. Ao observar a narrativa construída por cada veículo em torno da condenação de Jair Bolsonaro, foi possível constatar que a técnica jornalística, embora fundamental, não é suficiente para assegurar neutralidade em um contexto de comunicação digital marcado pela polarização política, pela lógica da audiência e pela aceleração da produção de conteúdo.

Os resultados demonstraram que, mesmo diante de um corpus metodologicamente delimitado e de parâmetros técnicos objetivos (como clareza, impessoalidade e pluralidade de fontes), os veículos analisados reproduzem, de formas distintas, seus respectivos projetos editoriais.

A *Revista Oeste* reafirma um discurso editorial sob um tom opinativo e de militância política — à direita no espectro político —, ainda que não se comprometa diretamente em manter a impessoalidade, distancia-se da técnica e da conduta ética do jornalismo profissional em favor da orquestração e enquadramento de seu conteúdo.

O *Brasil 247*, apesar de alegar imparcialidade e compromisso com a ética e técnica jornalística, reforça uma retórica alinhada com sua linha editorial — à esquerda no espectro político — que contradiz diretamente a natureza autodeclarada do veículo e seu compromisso com a verdade, utilizando um vocabulário de denúncia e um enquadramento interpretativo constante.

O *G1*, ainda que mantenha o padrão técnico mais próximo das normas ideais, com maior clareza e hierarquia informativa, releva, em alguns momentos, certa naturalização da linguagem institucional e dependência de fontes oficiais ou posicionamentos, o que também produz efeitos de parcialidade e tomada de juízo.

De modo geral, a pesquisa confirma a hipótese inicial de que o jornalismo digital do rápido consumo informacional — durante tempos de instabilidade política —, mesmo quando pautado por manuais técnicos e princípios éticos consolidados, tende a refletir a orientação simbólica de cada veículo e distanciar-se da imparcialidade e dos demais compromissos éticos do jornalismo profissional. A objetividade, entendida como princípio regulador do discurso jornalístico, mostrou-se frequentemente tensionada por escolhas lexicais, decisões de enquadramento e pela hierarquia das fontes. A noção de “imparcialidade” aparece, assim, não como uma característica intrínseca ao texto, mas como um efeito de construção discursiva, condicionado pelo contexto editorial e pelas estratégias de credibilidade adotadas por cada portal.

Além de evidenciar a dimensão política do discurso jornalístico, o estudo também contribui para o entendimento das limitações e potencialidades do jornalismo digital contemporâneo. Observou-se que a busca por engajamento e visibilidade interfere diretamente na qualidade da informação e na preservação da função pública do jornalismo — mesmo que os próprios veículos assim neguem em seu código de conduta oficial (como no caso do *Brasil 247*). A espetacularização dos fatos, a dramatização das manchetes e a ausência de pluralidade de vozes são sintomas de uma prática que, gradualmente com o avanço tecnológico e da lógica do engajamento, aproxima-se mais do entretenimento, discurso publicitário e da retórica política do que da mediação imparcial dos acontecimentos.

Do ponto de vista técnico, a pesquisa reforça a importância de revalorizar princípios como clareza, precisão e pluralidade, não apenas como requisitos formais, mas como fundamentos éticos do exercício profissional. O cumprimento desses princípios é o que assegura o papel do jornalista como mediador responsável e garante ao público condições de formar juízo crítico sobre os fatos. Do ponto de vista teórico, os resultados reafirmam que a técnica não é neutra: ela estrutura o sentido, orienta o olhar do leitor e molda a percepção da realidade. Assim, compreender a técnica como linguagem e como instrumento de poder é essencial para a formação crítica do jornalista e para o fortalecimento da democracia comunicacional.

Em síntese, esta pesquisa conclui que a narrativa jornalística digital não se limita à transmissão de informações, mas constitui uma prática discursiva permeada por valores, escolhas e intencionalidades. O confronto entre os três veículos analisados evidencia que a fronteira entre informação e opinião se tornou cada vez

mais tênue, exigindo da prática jornalística contemporânea uma autocrítica constante e uma reeducação ética em tempos de polarização. O conhecimento produzido por este estudo aponta, portanto, para a necessidade de conciliar rigor técnico e consciência discursiva, reconhecendo que somente a combinação entre ambos é capaz de sustentar um jornalismo verdadeiramente público, plural e responsável.

REFERÊNCIAS

ABI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo.** Disponível em: <https://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>. Acesso em: 19 set. 2025.

BOLAÑO, César. **Do fetichismo da mercadoria ao fetichismo da informação: uma réplica.** Revista Eptic Online, v. 20, n. 1, p. 126-137, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/9177>. Acesso em: 19 set. 2025.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo: a derivação da forma-informação.** São Paulo: Hucitec, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CASTRO, Ruy. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COMER, Christopher; TAGGART, Ashley. **Brain, Mind and The Narrative Imagination.** Oxford: Oxford University Press, 2021.

ENTMAN, Robert M. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm.** Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código Internacional de Ética dos Jornalistas.** Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/02-codigo_de_etica_internacional_dos_jornalistas.doc. Acesso em: 19 set. 2025.

FILLOUX, Frederic. **Clickbait Obsession Devours Journalism**. In Medium (online), 28 mar. 2016. Disponível em: <https://mondaynote.com/clickbait-obsession-devours-journalism1170ba4af65>. Acesso em: 20 set. 2025.

FRAGA, Carlos. **Revista Oeste: a alternativa liberal-conservadora no jornalismo digital**. São Paulo: Opinião Editora, 2021.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro: Globo, 2020. Disponível em: <https://institucional.grupoglobo.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2025.

IFJ – INTERNATIONAL FEDERATION OF JOURNALISTS. **Global Charter of Ethics for Journalists**. Disponível em: <https://www.ifj.org/who/rules-and-policy/global-charter-of-ethics-for-journalists>. Acesso em: 19 set. 2025.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Entrevista concedida ao portal Canto dos Livros**, 2012. Disponível em: <https://cantodoslivros.com.br>.

MACHADO, Elias. **O jornalismo digital em bases de dados**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

MANTOVANI, Marcos Aparecido; SALOMÃO, Kátia Rúbia. **O processo de fetichização da comunicação em Marx frente às problemáticas das fake news**. Mediacom – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da

Universidade Estadual Paulista, v. 2, n. 2, p. 90-105, 2021. Disponível em: <https://revista.fca.unesp.br/index.php/mediacom/article/view/317>. Acesso em: 19 set. 2025.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARQUES, Rodrigo Moreno. **Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 226-248, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/121077>. Acesso em: 19 set. 2025.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que condicionam a sua evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **A crise do jornalismo tem solução?**. Florianópolis: Insular, 2013.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história**. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom, 2009. p. 85–109.

SCOLARI, Carlos A. **Ecología de los medios: entornos, evoluciones e interpretaciones**. Barcelona: Gedisa, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIANA, José. **Manual de Redação Webjornalismo**. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

VIEIRA, Livia de Souza. **Métricas editoriais no jornalismo online**. 2018.